

TERMO DE REFERÊNCIA – SERVIÇO COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

1. OBJETO

1.1 Prestação de serviços continuados de motorista e atividades auxiliares para atender às demandas da Unidade de Transportes (UT) da Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ) do Estado do Rio Grande do Sul, visando a suprir os postos discriminados abaixo dispostos em lote único, considerando as especificações.

LOTE ÚNICO		
NOMENCLATURA DO POSTO	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA MENSAL ESTIMADA
ASSISTENTE DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	3	220
MOTORISTA DE CARRO DE PASSEIO	2	220
MOTORISTA DE MICRO-ÔNIBUS	15	220
MOTORISTA DE MICRO-ÔNIBUS - NOTURNO	1	220
MOTORISTA DE ÔNIBUS RODOVIÁRIO	3	220
SUPERVISOR	1	220

1.2 O objeto da contratação caracteriza-se como comum, nos termos do art. 6º, XIII, da Lei 14.133/2021.

1.3 O serviço é do tipo continuado, em razão da necessidade permanente a ser satisfeita, vinculada à necessidade de transportes do Ministério Público do Rio Grande do Sul.

1.4 O prazo de vigência da contratação é de 12 meses, a contar do dia útil seguinte à disponibilização do extrato do contrato no Diário Eletrônico do Ministério Público do Rio Grande do Sul, podendo ser prorrogado por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei 14.133/2021.

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

A solução adotada para o atendimento da demanda foi definida a partir da análise técnica constante dos Estudos Técnicos Preliminares nº 001/2025-UT e 002/2025-UT elaborados pela Unidade de Transportes.

A contratação visa à prestação de serviços continuados, com dedicação exclusiva de mão de obra, para a execução de atividades de condução de veículos institucionais e apoio técnico à manutenção da frota. As atividades a serem desempenhadas abrangem tanto o transporte de membros, servidores e materiais, quanto o acompanhamento e o apoio técnico na verificação

e fiscalização dos serviços de manutenção corretiva e preventiva dos veículos da Procuradoria-Geral de Justiça.

Para tanto, prevê-se a contratação de vinte e um (21) motoristas, três (3) assistentes de manutenção de veículos e um (1) supervisor, totalizando vinte e cinco (25) postos de trabalho, conforme dimensionamento técnico realizado com base na média anual de 8.300 requisições de transporte e 1.125 atendimentos de manutenção veicular, respectivamente.

A opção pela terceirização fundamenta-se na extinção do cargo de motorista do quadro permanente e na ausência de cargo equivalente ao de um mecânico de veículos, bem como na maior eficiência administrativa e operacional proporcionada pelo modelo, que permite flexibilidade na substituição de profissionais, agilidade na gestão de escalas, controle de qualidade e foco da Administração em suas atividades finalísticas.

O modelo proposto é compatível com o disposto no art. 6º, XXIII, da Lei nº 14.133/2021, e a contratação foi inserida no Plano Anual de Contratações, sob o número 0309/2025.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1 A Procuradoria-Geral de Justiça (PGJRS) vem se estruturando nos últimos anos para atender à missão institucional do Ministério Público, com a criação de novos setores, expansão da Promotoria Móvel, redução de contratos de uso de veículos particulares e construção de novas edificações. Esse cenário resultou em aumento significativo no volume de atividades, demandando a reestruturação da Unidade de Transportes (UT). Contudo, a Instituição não dispõe de recursos humanos suficientes para atender integralmente a essas demandas ao longo dos 12 meses do ano, sem interrupções.

A UT presta serviços essenciais à Instituição, disponibilizando recursos materiais e humanos para atender às mais variadas tarefas na Capital e nos deslocamentos para o Interior. Para suportar a crescente demanda, é necessário dotar a Unidade de condições adequadas, o que inclui a ampliação de sua capacidade operacional. Após análise interna, um estudo da Unidade de Organização e Métodos, corroborado por parecer da Assessoria Jurídica da Subprocuradoria-Geral para Assuntos Administrativos, concluiu que a terceirização é a alternativa mais eficiente e economicamente vantajosa, em conformidade com os princípios da Administração Pública previstos no art. 37 da Constituição Federal e com o Decreto nº 9.507/2018.

Os serviços objeto desta contratação são atividades auxiliares, instrumentais ou acessórias, não se confundindo com as funções inerentes às categorias funcionais previstas no plano de

cargos do Ministério Público do Rio Grande do Sul, conforme disposto na legislação estadual aplicável. A terceirização não implica transferência de responsabilidades para a realização de atos administrativos ou a tomada de decisões, que permanecem exclusivas dos agentes públicos. A contratação observará as disposições da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à justificativa da necessidade, à economicidade e à adequação do objeto, bem como ao disposto no Decreto nº 9.507/2018, sendo que os serviços não se enquadram nas vedações previstas no art. 3º do referido decreto.

Estes postos de trabalho atenderão à demanda de cargos em extinção deste Ministério Público ou inexistência de cargos correspondentes às funções contratadas neste objeto conforme Plano de Cargos, Carreiras e Salários - PCCS, Lei nº 15.516, de 8 de setembro de 2020, desta Instituição.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 EXIGÊNCIAS LEGAIS

A execução contratual deverá observar a legislação vigente aplicável, em especial:

I – Lei nº 14.133/2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para a Administração Pública;

II – Decreto nº 9.507/2018, que regulamenta a execução indireta de serviços no âmbito da administração pública federal;

III – Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aplicável à contratação de mão de obra pela empresa prestadora dos serviços;

IV – Lei nº 13.103/2015, que regulamenta a profissão de motorista profissional, incluindo jornada de trabalho, tempo de direção e descanso obrigatório;

V – Lei nº 9.503/1997 – Código de Trânsito Brasileiro, que estabelece normas de circulação e conduta para condutores de veículos;

VI – Normas Regulamentadoras (NRs) do Ministério do Trabalho e Emprego, especialmente as NRs nº 7 (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional), nº 9 (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais) e nº 17 (Ergonomia), que tratam da saúde e segurança no trabalho;

VII – Resolução CNMP nº 264/2023, que dispõe sobre políticas de inclusão social na contratação de serviços terceirizados; – Provimento nº 2/2025-PGJ, que institui o Programa RECOMEÇAR, voltado à reserva de vagas para mulheres em situação de vulnerabilidade econômica.

4.2 GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

4.2.1 Será exigida garantia contratual, nos termos do art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, conforme as regras

previstas no edital e no contrato.

4.2.2 A garantia, em qualquer das modalidades escolhidas pela contratada, deverá ser apresentada antes da assinatura do contrato, no prazo de trinta dias a contar da homologação da licitação. O descumprimento desse prazo poderá acarretar as sanções previstas no edital.

4.2.3 A garantia, conforme as regras do contrato, assegurará, independente da modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) prejuízos decorrentes do descumprimento do objeto do contrato ou de outras obrigações contratuais;
- b) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada;
- c) obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS, decorrentes da execução do contrato, não adimplidas pela contratada.

4.2.4 A modalidade seguro-garantia e a carta-fiança somente serão aceitas se contemplarem todos os eventos indicados no item acima, observada a legislação que rege a matéria.

4.2.5 Na modalidade seguro-garantia, a apólice deverá ter validade por todo o período do contrato e por mais 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, sendo renovada em caso de prorrogação contratual.

4.2.6 Ocorrendo majoração do valor do contrato ou prorrogação de sua vigência, a CONTRATADA deverá providenciar a complementação ou prorrogação da garantia prestada, conforme o caso, no prazo de até 10 (dez) dias, a contar da publicação do respectivo termo.

4.2.7 Caso a garantia venha a ser utilizada total ou parcialmente para pagamento de quaisquer obrigações previstas no item 4.2.3, a contratada deverá repor o valor correspondente no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da data de notificação.

4.3 SUSTENTABILIDADE

Para garantir uma contratação alinhada com práticas sustentáveis, a empresa deverá adotar medidas que minimizem impactos ambientais e promovam responsabilidade socioambiental.

As exigências a seguir foram estabelecidas para fortalecer o compromisso com sustentabilidade e inclusão social no âmbito institucional:

I - realizar, sem custos adicionais para o MPRS, orientação aos seus empregados sobre práticas de redução de consumo de energia elétrica, água e produção de resíduos sólidos, nos três primeiros meses de execução contratual. Tal orientação poderá ser realizada por meio de palestra, treinamento interno ou comprovação de que a empresa já adota sistematicamente essas práticas de conscientização ambiental em sua rotina organizacional;

II - prever e executar a destinação ambiental adequada de pilhas e baterias usadas ou

inservíveis utilizadas por seus empregados nas dependências do MPRS, segundo disposto na Resolução Conama nº 257, de 1999;

III - respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos e fazer cumprir a legislação de proteção ao meio ambiente, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IV - orientar seus empregados quanto à destinação dos resíduos recicláveis descartados aos devidos coletores de resíduos recicláveis existentes nas dependências do MPRS, para fins de disponibilização à coleta seletiva em parceria com o MPRS.

V - Acondicionar os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis adequadamente e de forma diferenciada, para fins de disponibilização à coleta seletiva em parceria com o MPRS.

VI - Não praticar, de nenhuma forma, ações que possam ser enquadradas nos arts. 149, 203 e 207 do Código Penal (dispositivos que tratam do trabalho análogo ao de escravo e tráfico de pessoas para esse fim), Decreto n. 5.017/2004, que promulga o Protocolo de Palermo e as Convenções da OIT nos 29 e 105.

VII - A empresa contratada deverá observar, no que couber, as determinações legais que instituem políticas de inclusão social, quanto ao que deve ser observado:

- a) que a implementação de cotas sociais não implique, necessariamente, a demissão de profissionais remanejados de contratações anteriores; e
- b) Que o processo de adoção de cotas, quando ainda não implementado pela contratada, ocorra de forma gradual, possibilitando a substituição dos funcionários que deixam os quadros da contratada (por motivos diversos) por novos empregados que se ajustem à nova política de inclusão do órgão.

VIII - Assegurar, durante a vigência do contrato, capacitação a todos os trabalhadores em saúde e segurança no trabalho;

IX - Assegurar, durante a vigência do contrato, a capacitação dos trabalhadores quanto às práticas definidas na política de responsabilidade socioambiental do órgão.

X - Cumprir o Programa RECOMEÇAR, instituído pelo Provimento nº 2/2025-PGJ, reservando, nos contratos de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra e com quantitativo mínimo de 25 (vinte e cinco) trabalhadores, pelo menos 8 % (oito por cento) das vagas para mulheres em situação de vulnerabilidade econômica decorrente de violência doméstica e familiar, incluindo mulheres trans e travestis, conforme a Lei nº 11.340/2006 , a Resolução CNMP nº 264/2023, o Decreto Federal nº 12.516/2025 e Acordo de Cooperação Técnica nº 34/2025 (União – Estado do RS).

a) As vagas serão destinadas prioritariamente a mulheres com filhos ou dependentes em idade escolar ou com deficiência e a mulheres pretas e pardas, observada a proporção populacional do Rio Grande do Sul, conforme o último censo do IBGE.

b) A contratada deverá apresentar, no prazo definido no edital, relação de trabalhadoras

contratadas por meio do Programa RECOMEÇAR, com comprovação de sua situação de vulnerabilidade por meio de declaração fornecida por instituição parceira do MPRS, nos termos do art. 5º do Provimento nº 2/2025-PGJ.

c) A qualificação profissional das trabalhadoras deverá atender aos requisitos especificados no edital, sendo que a indisponibilidade de mão de obra qualificada, devidamente justificada por relatório circunstanciado, não caracterizará descumprimento da cota.

d) A contratada deverá manter o percentual mínimo de vagas durante toda a execução contratual, sob pena de aplicação das sanções previstas no contrato, incluindo multa e eventual rescisão.

e) As trabalhadoras contratadas terão acesso ao Programa “Fala, eu te escuto” do Centro de Apoio Operacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher (CAOEVC/M) do MPRS, para apoio psicossocial.

f) A contratada deverá garantir a confidencialidade dos dados das trabalhadoras, em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), e promover ações de conscientização de seus empregados para prevenir discriminação.

4.4 PROGRAMA DE INTEGRIDADE

Não haverá necessidade de apresentação, pela empresa contratada, de programa de integridade.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

5.1.1 Características dos postos

A empresa contratada deverá disponibilizar 25 postos, conforme item 1, com as seguintes características:

Motorista de carro de passeio (CBO 7823-05):

- I. conclusão do ensino fundamental;
- II. experiência profissional mínima de 6 (seis) meses na atividade a ser desempenhada;
- III. autorização para condução de veículos (Carteira Nacional de Habilitação – CNH definitiva) na categoria “B”, no mínimo, cuja cópia deverá ser apresentada antes da emissão da Ordem de Início, como condição para o início da prestação dos serviços, garantindo que o profissional esteja regularmente habilitado desde o primeiro dia de trabalho.

Motoristas de micro-ônibus (CBO 7824-05):

- I. conclusão do ensino fundamental;
- II. certificado de curso de condutor de veículo de transporte coletivo de passageiros, expedido por instituição devidamente habilitada e reconhecida, com a respectiva data de validade;
- III. experiência profissional mínima de 6 (seis) meses na atividade a ser desempenhada;
- IV. autorização para condução de veículos (Carteira Nacional de Habilitação – CNH definitiva) na categoria “D”, no mínimo, cuja cópia deverá ser apresentada antes da emissão da Ordem de Início, como condição para o início da prestação dos serviços, garantindo que o profissional esteja regularmente habilitado desde o primeiro dia de trabalho.

Motoristas de micro-ônibus - noturno: (CBO 7824-05)

- I. conclusão do ensino fundamental;
- II. certificado de curso de condutor de veículo de transporte coletivo de passageiros, expedido por instituição devidamente habilitada e reconhecida, com a respectiva data de validade;
- III. experiência profissional mínima de 6 (seis) meses na atividade a ser desempenhada;
- IV. autorização para condução de veículos (Carteira Nacional de Habilitação – CNH definitiva) na categoria “D”, no mínimo, cuja cópia deverá ser apresentada antes da emissão da Ordem de Início, como condição para o início da prestação dos serviços, garantindo que o profissional esteja regularmente habilitado desde o primeiro dia de trabalho.

Motorista de ônibus rodoviário (CBO 7824-05):

- I. conclusão do ensino fundamental;
- II. certificado de curso de condutor de veículo de transporte coletivo de passageiros, expedido por instituição devidamente habilitada e reconhecida, com a respectiva data de validade;
- III. experiência profissional mínima de 06 (seis) meses na condução de ônibus de turismo ou de 06 (seis) meses na condução de ônibus urbano na atividade a ser desempenhada, ou através de realização de teste de direção a ser realizado pelo fiscal do contrato que possua habilitação igual ou superior a exigida para a prestação do serviço;
- IV. autorização para condução de veículos (Carteira Nacional de Habilitação – CNH definitiva) na categoria “D”, no mínimo, cuja cópia deverá ser apresentada antes da emissão da Ordem de Início, como condição para o início da prestação dos serviços, garantindo que o profissional esteja regularmente habilitado desde o primeiro dia de trabalho.

Assistente de Manutenção de Veículos (CBO 9144-05):

- I. conclusão do ensino médio;
- II. conclusão de curso profissionalizante em mecânica de manutenção de veículos automotores com carga superior a 400 (quatrocentas) horas-aula;
- III. conclusão de cursos de noções básicas de eletricidade e de eletrônica em veículos;
- IV. experiência profissional mínima de 6 (seis) meses na atividade a ser desempenhada;
- V. autorização para condução de veículos automotores (Carteira Nacional de Habilitação – CNH definitiva) na categoria “C”, no mínimo, cuja cópia deverá ser apresentada antes da emissão da Ordem de Início, como condição para o início da prestação dos serviços, garantindo que o profissional esteja regularmente habilitado desde o primeiro dia de trabalho.

Supervisor (CBO 5101-05):

- I. conclusão do ensino médio;
- II. certificado de curso de condutor de veículo de transporte coletivo de passageiros, expedido por instituição devidamente habilitada e reconhecida, com a respectiva data de validade;
- III. experiência profissional mínima de 6 (seis) meses na atividade a ser desempenhada;
- IV. autorização para condução de veículos (Carteira Nacional de Habilitação – CNH definitiva) na categoria “D”, no mínimo, cuja cópia deverá ser apresentada antes da emissão da Ordem de Início, como condição para o início da prestação dos serviços, garantindo que o profissional esteja regularmente habilitado desde o primeiro dia de trabalho.

A definição da categoria mínima da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) a ser exigida para cada função contemplada neste Termo de Referência atende a critérios técnicos e operacionais rigorosamente vinculados às atribuições específicas de cada posto de trabalho, bem como à natureza e à diversidade da frota institucional sob responsabilidade da Unidade de Transportes.

Para os motoristas de carro de passeio, exige-se CNH na categoria “B”, por se tratar de profissionais que atenderão prioritariamente demandas rotineiras com veículos de pequeno porte. Já os motoristas de micro-ônibus deverão possuir CNH na categoria “D”, pois estarão aptos a conduzir veículos de maior porte, sendo sua contratação essencial para a distribuição proporcional da força de trabalho em conformidade com a composição da frota da Instituição. A diferenciação entre esses dois perfis visa conferir maior flexibilidade operacional ao serviço, evitando a alocação desnecessária de condutores com habilitação superior em demandas que exigem apenas veículos leves, sem prejuízo à cobertura integral das atividades.

No caso do motorista de micro-ônibus - noturno, exige-se CNH na categoria “D” justamente pela necessidade de garantir que o único condutor em atividade nesse turno esteja apto a operar, de forma segura e ininterrupta, qualquer veículo da frota que venha a ser necessário em caráter emergencial ou eventual, dada a impossibilidade de redistribuição imediata de pessoal no período noturno.

Quanto ao motorista de ônibus rodoviário, a exigência da categoria “D” é condição legal mínima para a condução desse tipo de veículo, nos termos do Código de Trânsito Brasileiro. Ressalta-se, ainda, que esse profissional também poderá ser acionado para condução de veículos menores, agregando versatilidade à prestação do serviço.

Para os Assistentes de Manutenção de Veículos, a exigência de CNH categoria “C” decorre da necessidade operacional de que esses profissionais possam, com segurança e dentro da legalidade, realizar o traslado dos veículos de médio porte da frota institucional até oficinas credenciadas ou locais de manutenção. Trata-se de uma atribuição instrumental indispensável ao pleno desempenho da função, cuja natureza envolve, além do apoio técnico, o deslocamento autônomo dos veículos sob sua responsabilidade.

Por fim, no que se refere ao supervisor da equipe de motoristas, exige-se CNH na categoria “D”, no mínimo, não apenas para permitir, em situações excepcionais, a substituição ou o apoio à equipe de condutores, mas sobretudo em razão da necessidade de conhecimento prático aprofundado acerca das condições de operação dos diversos veículos da frota. Tal conhecimento é essencial para o exercício efetivo das atividades de supervisão técnica, avaliação funcional e apoio logístico, assegurando maior controle de qualidade na execução do contrato.

No Anexo II deste Termo de Referência detalhamos as atribuições por tipo de motorista.

- 5.1.2 Os serviços serão prestados principalmente em Porto Alegre e na região metropolitana, podendo, em caráter subsidiário e exclusivo, a critério da PGJ/MPRS, estender-se a todo território nacional.
- 5.1.3 A CONTRATADA prestará os serviços no horário compreendido entre 6h e 22h00min, para os postos de trabalho “Motorista de carro de passeio”, “Motorista de micro-ônibus”, “Motorista de ônibus rodoviário”, com escala 5X2, garantindo aos funcionários escalados o intervalo intrajornada de 01 (uma) hora para almoço e respeitando a jornada de trabalho de 44 horas semanais conforme legislação.

- 5.1.4 A CONTRATADA prestará os serviços no horário compreendido entre 8h e 19h, para os postos de trabalho “assistente de manutenção de veículos” e “supervisor”, com escala 5X2 (5 dias consecutivos de trabalho + 2 dias consecutivos de descanso), garantindo aos funcionários escalados o intervalo intrajornada de 01 (uma) hora para almoço e respeitando a jornada de trabalho de 44 horas semanais conforme legislação.
- 5.1.5 A CONTRATADA prestará os serviços no horário compreendido entre 15h e 00h48min, para o posto de trabalho “motorista de micro-ônibus - noturno”, com escala 5X2, garantindo aos funcionários escalados o intervalo intrajornada de 01 (uma) hora para almoço e respeitando a jornada de trabalho de 44 horas semanais conforme legislação.
- 5.1.6 A remuneração de horas extraordinárias observará, ainda, o limite máximo de até 20 horas extras por posto de trabalho, por mês, salvo autorização prévia e expressa da Administração, devidamente fundamentada em necessidade excepcional e temporária, com base em estimativas de demanda e no histórico das contratações anteriores, de forma a assegurar previsibilidade e controle orçamentário.
- 5.1.7 As horas extraordinárias somente poderão ser realizadas mediante autorização prévia e expressa do gestor do contrato, responsável pelo acompanhamento da execução contratual e pela autorização das respectivas despesas.
- 5.1.8 Excepcionalmente poderá haver jornada de trabalho aos sábados, domingos e feriados.

5.2 Materiais a serem disponibilizados

A contratada deverá disponibilizar, antes do início da execução dos serviços, 01 (um) cofre metálico com chave e/ou senha, com capacidade mínima de 20 litros, estrutura reforçada em aço, sistema de fixação e resistência a arrombamento, para a guarda dos valores em espécie destinados ao custeio de diárias e ressarcimentos em viagens.

O cofre deverá ser instalado nas dependências da Unidade de Transportes da PGJ/MPRS, em local indicado pela Contratante, até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato.

A responsabilidade pela aquisição, transporte, instalação, manutenção preventiva e corretiva, bem como pela substituição em caso de defeito ou dano, será integralmente da contratada, sem ônus adicional para a Administração.

5.2.1 Uniformes

A contratada deverá fornecer os uniformes completos a todos os empregados alocados nos postos de trabalho, em modelagens masculinas e femininas. As peças deverão respeitar padrões de conforto, segurança e apresentação, sem distinção de qualidade entre os modelos.

A entrega inicial dos uniformes deverá ocorrer até o início da execução dos serviços, de modo que todos os trabalhadores estejam devidamente uniformizados desde o primeiro dia de atuação.

5.2.1.1 A contratada deverá oferecer os seguintes uniformes aos postos de trabalho de "Motorista de carro de passeio", "motorista de micro-ônibus", "motorista de micro-ônibus - noturno" e "Motorista de ônibus rodoviário":

I. 02 ternos completos em microfibra (modelagem masculina ou feminina), composto de casaco com 03 botões, com lapelas tradicionais, calça social corte reto (italiano), na cor preta;

II. 04 camisas, mangas longas (modelagem masculina ou feminina), em tecido composto de aproximadamente 65% de poliéster e 35% de algodão, colarinho tradicional sem botões, cor branca ou outra cor discreta, mediante aprovação da contratante;

III. 04 camisas polo (modelagem masculina ou feminina), de malha de algodão, cor branca ou outra cor discreta, mediante aprovação da contratante;

IV. 02 suéteres de lã (modelagem masculina ou feminina), com decote em V, na cor preta;

V. 01 calça social corte reto (modelagem masculina ou feminina), cor preta;

VI. 02 calças jeans (modelagem masculina ou feminina);

VII. 02 gravatas cor bordô ou outra cor compatível com a cor utilizada nas camisas;

VIII. 05 pares de meias pretas, sem desenhos, nem detalhes em cores;

IX. 02 cintos de couro social;

X. 02 pares de sapatos social masculino (com cadarço) ou feminino (sem cadarço) de couro, cor preta;

XI. 01 casaco de lã (modelagem masculina ou feminina), com botões, na cor preta;

XII. 02 cordas para crachá.

5.2.1.2 A contratada deverá oferecer os seguintes uniformes ao posto de trabalho do "assistente de manutenção de veículos":

I. 03 calças compridas em jeans escuro (modelagem masculina ou feminina);

II. 04 camisas manga curta polo (modelagem masculina ou feminina), de malha de algodão, cor cinza claro ou outra cor discreta, mediante aprovação da contratante;

III. 04 camisetas manga longa de algodão (modelagem masculina ou feminina);

IV. 03 pares de sapatos de segurança de couro preto com elástico;

V. 02 agasalhos de moletom aberto (fechamento com zíper), unissex, com dois bolsos, tecido flanelado na parte interna, composição 50% algodão, 50% poliéster;

VI. 02 suéteres de lã (modelagem masculina ou feminina), com decote em V, na cor preta;

VII. 02 cordas para crachá.

5.2.1.3 A contratada deverá oferecer os seguintes uniformes ao posto de trabalho do

"supervisor":

- I. 02 ternos completos em microfibra (modelagem masculina ou feminina), composto de casaco com 03 botões, com lapelas tradicionais, calça social corte reto (italiano), na cor preta;
- II. 04 camisas, mangas longas (modelagem masculina ou feminina), em tecido composto de aproximadamente 65% de poliéster e 35% de algodão, colarinho tradicional sem botões, cor branca ou outra cor discreta, mediante aprovação da contratante;
- III. 04 camisas polo (modelagem masculina ou feminina), de malha de algodão, cor branca ou outra cor discreta, mediante aprovação da contratante;
- IV. 02 suéteres de lã (modelagem masculina ou feminina), com decote em V, na cor preta;
- V. 01 calça social corte reto (modelagem masculina ou feminina), cor preta;
- VI. 02 calças jeans (modelagem masculina ou feminina);
- VII. 02 gravatas cor bordô ou outra cor compatível com a cor utilizada nas camisas;
- VIII. 05 pares de meias pretas, sem desenhos, nem detalhes em cores;
- IX. 02 cintos de couro social;
- X. 02 pares de sapatos social masculino (com cadarço) ou feminino (sem cadarço) de couro, cor preta;
- XI. 01 casaco de lã (modelagem masculina ou feminina), com botões, na cor preta;
- XII. 02 cordas para crachá.

5.2.1.4 A inclusão de logomarcas ou identificação visual da empresa contratada nos uniformes somente será permitida mediante aprovação prévia e expressa da Contratante. Quando autorizada, deverá ser aplicada de forma discreta e sóbria, em local não proeminente da peça e em cores compatíveis com o padrão do uniforme.

5.2.2 Diárias

A contratada deverá manter, em espécie, valores suficientes para custear despesas de viagens urgentes dos empregados alocados nos postos de trabalho, conforme previsão no item 5.3.5, alínea "o".

As diárias serão devidas:

I – Com pernoite:

Quando houver deslocamento com pernoite fora da sede, mediante autorização prévia da Contratante, será devido o valor da diária equivalente ao praticado para os motoristas do quadro efetivo da Procuradoria-Geral de Justiça, conforme tabela vigente à época da viagem.

II – Sem pernoite:

Nos deslocamentos que importarem o afastamento integral durante a jornada de trabalho fora da base da prestação do serviço, mas sem pernoite, será devido o valor correspondente, conforme previsto no Provimento nº 30/2018 – PGJ, mediante comprovação do deslocamento por documento fiscal hábil.

Com base nas demandas da Unidade de Transportes, estima-se um número de 421 diárias anuais.

5.3 Rotinas

5.3.1 Atribuições Comuns a todos os Motoristas

Os motoristas contratados deverão desempenhar, entre outras, as seguintes atividades:

- Transportar servidores, membros, funcionários terceirizados, estagiários, mobiliário, materiais e documentos;
- Conduzir veículos com observância às leis de trânsito;
- Conferir os equipamentos obrigatórios do veículo;
- Vistoriar o veículo, verificando o estado dos pneus, o nível do combustível, água e óleo do cárter, testando freios e parte elétrica;
- Checar os instrumentos do painel e identificar sinais sonoros, luminosos e/ou visuais que indiquem anomalias;
- Auxiliar os passageiros no embarque e desembarque;
- Acompanhar a carga e descarga de mobiliário, equipamentos e materiais transportados, orientando sua organização, de modo a evitar acidentes ou danos aos veículos;
- Zelar pela segurança dos passageiros, de si próprio, dos transeuntes e de outros veículos;
- Zelar pela limpeza e conservação do veículo, comunicando a necessidade de ajustes ou reparos, quando identificados;
- Recolher o veículo à garagem da Instituição ao final da jornada de trabalho;
- Demonstrar perícia, prudência, cordialidade, obediência às regras de trânsito e zelo pelo patrimônio público;
- Preencher e manter atualizadas as planilhas de movimentação de veículos e de

controle em viagem (PCV), conforme modelos utilizados pela PGJ/MPRS;

- Solicitar previamente à Unidade de Transportes a autorização para a realização de serviço extraordinário (hora extra), a qual deverá ser formalmente concedida pelo gestor do contrato, conforme item 5.1.7 deste Termo de Referência. A execução de horas extras sem autorização prévia não será reconhecida para fins de pagamento.
- Executar outras atividades correlatas, conforme necessidade ou a critério da Contratante, desde que relacionadas às atribuições do cargo.

5.3.2 Atribuições Específicas por Posto

- Motorista de carro de passeio:
Sem atribuições adicionais específicas além das comuns.
- Motorista de micro-ônibus:
Idênticas às do Motorista de carro de passeio.
- Motorista de micro-ônibus - noturno:
Idênticas às dos motoristas diurnos, com adaptação ao horário noturno.
- Motorista de ônibus rodoviário:
Além das atribuições comuns, deverá conduzir a unidade móvel da Instituição, quando designado.

5.3.3 O assistente de manutenção de veículos de veículos terá as seguintes atribuições:

- I. receber informações e/ou relatórios acerca de defeitos em veículos;
- II. realizar testes para identificação de falhas e/ou defeitos nos veículos;
- III. identificar a necessidade de conserto e de troca de peças;
- IV. realizar troca de lâmpadas, baterias e pneus;
- V. proceder reposição de óleo lubrificante, líquido de arrefecimento e líquido de freio;
- VI. planejar manutenções e reparos de veículos;
- VII. emitir solicitação de orçamento para reparo de veículos;
- VIII. conduzir os veículos com necessidade de conserto às oficinas credenciadas;
- IX. acompanhar a execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos, deslocando-se até as oficinas de veículos;
- X. manter contato constante, regular e imediato com a Unidade de Transportes da Contratada durante a execução dos serviços de manutenção de veículos nas oficinas;
- XI. conferir os serviços realizados e as peças substituídas;
- XII. conferir os serviços de conserto e reparo para a Contratante;
- XIII. controlar a qualidade dos processos de manutenção e reparo de veículos;
- XIV. registrar informações técnicas em fichas e relatórios;
- XV. executar as tarefas observando normas de segurança e de preservação do meio ambiente;
- XVI. zelar pela conservação do material e equipamentos sob sua guarda;
- XVII. zelar pela segurança do veículo sob sua responsabilidade;
- XVIII. auxiliar o coordenador da Unidade de Transportes da Contratante na fiscalização, monitoramento, planejamento, organização e distribuição do

- serviço prestado pelas oficinas;
- XIX. dar ao coordenador da Unidade de Transportes da Contratante suporte na execução e no aprimoramento do serviço, apontando correções, modificações ou melhorias necessárias;
- XX. gerar relatórios periódicos sobre as atividades desenvolvidas, levantando dados referentes à execução do serviço de manutenção veicular e analisando as informações coletadas;
- XXI. desempenhar outras atividades correlatas, conforme necessidade ou a critério da Contratante, e desde que relacionadas às atribuições do cargo.

5.3.4 O supervisor terá as seguintes atribuições

- I. prestar expediente nas dependências do Contratante;
- II. representar administrativamente a contratada junto à fiscalização e à gestão do contrato, durante a sua execução, tendo capacidade gerencial para tratar de todos os assuntos definidos no contrato;
- III. desenvolver atividades administrativas de responsabilidade da Contratada, tais como atender os seus empregados alocados, entregar contracheques, vale-transporte, vale-alimentação, valores para custeio das despesas em viagem (hospedagem e alimentação), registrar e controlar a frequência e pontualidade dos empregados, emitir relatórios e controlar as informações relativas ao faturamento mensal;
- IV. prestar todas as informações solicitadas pelo Fiscal do Contrato;
- V. organizar escalas e distribuir as tarefas emitidas pela Contratante, bem como, eventualmente, realizar os atendimentos no sistema de transportes da contratante;
- VI. realizar lançamento no sistema de transportes com os dados dos motoristas que executaram os deslocamentos;
- VII. formular relatórios;
- VIII. eventualmente conduzir os veículos da contratante, conforme habilitação exigida;
- IX. realizar o controle dos veículos que necessitam ser encaminhados para higienização.

5.3.5 Rotinas operacionais a serem adotadas pela contratada nos postos de trabalho:

- a) Os colaboradores devem possuir disponibilidade de viajar, pois a execução dos serviços dar-se-á em Porto Alegre e na Região Metropolitana, podendo, em caráter subsidiário e exclusivamente a critério da PGJ/MPRS, se estender ao interior do estado do RS.
- b) A CONTRATADA deve disponibilizar um *smartphone* para cada posto de trabalho, com especificações técnicas mínimas de: 128 GB de memória interna, com câmera de 40MP, com linha telefônica, pacote de dados de 60 GB, no mínimo, e aplicativos de conversação (Microsoft Teams, WhatsApp, Telegram, Messenger e outros que venham ser criados). As linhas telefônicas devem permitir a conversação gratuita entres as linhas pertencentes aos postos, bem como aos números autorizados pela contratante;
- c) A CONTRATADA deve utilizar sistema eletrônico de registro de ponto, por meio de aplicativo móvel com identificação biométrica e geolocalização, para controlar a frequência diária dos trabalhadores alocados (motoristas, assistente de manutenção de veículos e supervisor);
- d) A CONTRATADA deve disponibilizar crachás de identificação, nos quais

obrigatoriamente constará nome do empregado(a), foto, razão social, Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), endereço e telefone da Contratada;

- e) A CONTRATADA deve suprir, em até 2 (duas) horas, contadas da comunicação do Contratante, a falta de seu empregado, devendo o suplente preencher os mesmos requisitos do titular;
- f) A CONTRATADA deve responsabilizar-se pelas despesas decorrentes de acidentes de trânsito, quando for comprovada a culpa do colaborador da contratada, bem como todo e qualquer dano que seu colaborador causar a terceiro ou ao contratante, arcando com os valores correspondentes a consertos, franquias ou indenizações complementares necessárias, conforme limite de coberturas da apólice de seguro veicular da contratante;
- g) Os postos de trabalho devem manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do Contratante ou de terceiros, que tomar conhecimento em razão da execução do contrato, devendo orientar seus empregados nesse sentido;
- h) A CONTRATADA deverá indicar formalmente o supervisor responsável após a emissão da Ordem de Início, observando como prazo limite a data de início efetivo da execução contratual, devendo tal profissional permanecer nas dependências do CONTRATANTE para fins de interlocução direta com o fiscal do contrato durante toda a vigência da execução dos serviços;
- i) A CONTRATADA deve efetuar o pagamento de multas de trânsito incidentes sobre veículos da Contratante, quando dirigidos por seus empregados, inclusive as que forem apresentadas após o término do contrato e que se referirem ao período contratual;
- j) A CONTRATADA deve apresentar ao gestor do contrato, sempre que solicitado, o controle de frequência dos empregados alocados nos respectivos postos de trabalho;
- k) A CONTRATADA deve substituir imediatamente empregado que comprometa a execução dos serviços estipulados no contrato, bem como se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o seu exercício, assim entendido pela Contratante, devendo o substituto preencher os mesmos requisitos do titular;
- l) As entregas subsequentes dos uniformes devem ocorrer em intervalos de doze meses, contados do último fornecimento, para todos os itens, exceto para as peças de vestuário que apresentem desgaste prematuro, que devem ser substituídas imediatamente;
- m) A CONTRATADA deve dar ciência aos colaboradores de que as relações de trabalho decorrentes da presente contratação serão regidas pelas normas do Instrumento Coletivo de Trabalho do qual é parte ou possui representação;
- n) A CONTRATADA deve cumprir, rigorosamente, durante todo o período de execução contratual, as normas previstas no instrumento coletivo de trabalho, que utilizou para fixar seu preço na licitação;
- o) A CONTRATADA deve apresentar comprovante de fornecimento de vale transporte e vale alimentação até o segundo dia útil do mês da prestação do serviço;
- p) A CONTRATADA deve manter no local da execução do serviço quantia em espécie referente a 50% (cinquenta por cento) do vencimento básico dos postos de trabalho com a nomenclatura “motorista de micro-ônibus”, com

objetivo de custear despesas de viagens urgentes de seus postos de trabalho, situações em que não haverá tempo hábil para o depósito da diária antes do início da viagem, evitando-se assim, nesses casos, que o trabalhador inicie a viagem desprovido de recursos. Uma vez, no curso da viagem, depositado o valor da diária para o colaborador, este, ao retornar, devolve o valor adiantado para o preposto da empresa, que, então, retornará o valor para o cofre;

- q) A CONTRATADA deve apresentar, mensalmente, até o dia 10 (dez), relatório informando a situação de férias de toda a mão de obra alocada para a prestação dos serviços, devendo constar, ao menos, nome de cada funcionário, posto de trabalho, data de admissão, dias vencidos, período aquisitivo (data de início e data de término), data limite do período concessivo, último gozo de férias (data de início e data de término) e previsão de concessão;
- r) Os postos que forem acrescentados ao contrato em razão substituição de profissional em férias, afastamento por problemas de saúde, deverão possuir aparelhos *smartphone* com as mesmas especificações contidas neste item 5.3.5, alínea “B”, porém com números diferentes aos postos pertencentes originariamente ao contrato;
- s) A CONTRATADA deve instruir seus colaboradores quanto à prevenção de incêndios, conforme aplicável às suas atividades, especialmente no uso e condução de veículos automotores e no manuseio de materiais em áreas administrativas e operacionais. Deverá, ainda, apresentar a equipe responsável pela Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), caso disponha dessa Comissão, nos termos da Norma Regulamentadora nº 5 (NR-5) do Ministério do Trabalho e Emprego, com certificado do treinamento realizado. Essa exigência visa garantir a segurança dos trabalhadores e a mitigação de riscos associados à prestação dos serviços contratados;
- t) A CONTRATANTE poderá, conforme a necessidade dos serviços executados, fornecer treinamentos, pertinentes com as funções, aos colaboradores da contratada;

5.3.6 Obrigações Documentais

5.3.6.1 A empresa contratada deverá apresentar ao Fiscal Administrativo do contrato, digitalmente, antes do início da execução dos serviços, no prazo de até 30 dias a contar do início da vigência do contrato, os seguintes documentos dos prestadores de serviço:

- a) Listagem de todos os funcionários do contrato contendo nome completo, nº da carteira de identidade, nº do CPF e número da CNH, sua validade e categoria;
- b) Cópia do Contrato de Trabalho e da Ficha de Registro de Empregado de cada profissional que for atuar no MPRS;
- c) cópia da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) compatível com posto de trabalho, válida e definitiva;
- d) cópia dos certificados de cursos técnicos exigidos para assistentes de manutenção de veículos, motoristas de ônibus e supervisor.

5.3.6.2 Apresentar mensalmente, até o dia 10 (dez) de cada mês, relatório de férias (formato de planilha Excel) informando a situação de toda a mão de obra alocada no contrato, devendo constar, no mínimo:

- a) programação de concessão de férias para o mês subsequente (antecedência mínima de 20 (vinte) dias)
- b) nome de cada profissional
- c) data de admissão
- d) dias vencidos
- e) período aquisitivo (início e término)
- f) data limite do período concessivo e previsão de concessão
- g) último gozo de férias (início e término)

5.3.6.3 Apresentar, em até 30 (trinta) dias a contar do início da vigência do contrato, cópia da apólice de seguro de vida em grupo dos colaboradores vinculados ao contrato.

5.3.6.4 A Contratada também deverá apresentar a cada renovação contratual cópia da apólice vigente.

5.3.6.5 A empresa deverá apresentar ao Gestor do contrato:

5.3.6.5.1 No primeiro mês da prestação dos serviços:

- a. Relação dos (das) empregados (as), contendo nome completo, endereço, número da CTPS, número do PIS/PASEP, banco, agência e número da conta bancária, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade - RG, e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, e a indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
- b. Carteira de Trabalho e Previdência Social digital dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
- c. Contrato de trabalho e ficha de registro de empregado(a);
- d. Exames médicos admissionais dos(as) empregados(as) da contratada que prestarão os serviços;
- e. Cópia do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA, do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO, da contratada.

5.3.6.5.2 Mensalmente, até o dia 10 (dez) de cada mês:

- a. Nota fiscal/fatura dos serviços efetivamente executados, englobando os montantes "A", "B" e "D" (correspondente a esses montantes) em meio eletrônico (arquivo PDF);
- b. Nota fiscal/fatura de cobrança dos valores relativos ao montante "C" e "D" (correspondente a esse montante) em meio eletrônico (arquivo PDF);

- c. Relação dos empregados, com os respectivos RGs e CPFs, discriminados por posto, atuantes no mês de referência da Nota Fiscal, bem como lista apartada indicando os empregados demitidos, transferidos ou em licença e seus substitutos, por posto, contendo as datas de início e fim do afastamento;
- d. Demonstrativos (planilhas) dos pagamentos/descontos de vale-transporte e vale-refeição, relativos ao mês de referência da nota fiscal/fatura;
- e. Relatório do FGTS Digital dos trabalhadores vinculados ao contrato no mês de prestação de serviço;
- f. Relatório de declaração completa da DCTFWEB e o Recibo de Entrega da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários - DCTFWeb relativos ao mês de prestação de serviço;
- g. Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de Débitos Trabalhistas, bem como de tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- h. Certidão negativa de processo administrativo, emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

5.3.6.6 É condição para o pagamento da Nota Fiscal/Fatura, o fornecimento dos originais ou cópias digitalizadas identificáveis dos documentos relacionados abaixo, conforme art. 5º do Decreto estadual nº 52.215/2014, os quais ficarão arquivados com o Contratante:

5.3.6.6.1 Mensalmente, quando da apresentação da Nota Fiscal/Fatura dos serviços executados:

- a. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- b. Prova de regularidade relativa ao FGTS – CRF (Certificação de Regularidade do FGTS);
- c. Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
- d. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;
- e. Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos ao mês da prestação dos serviços e de todos os empregados;
- f. Certidões de regularidade perante os sindicatos laborais que abranjam os postos contratados.

5.3.6.6.2 Mensalmente, até o dia 20 do mês seguinte ao da prestação dos serviços:

- a. Guia do FGTS digital com o respectivo comprovante de pagamento DARF;

- b. DARF, com o respectivo comprovante de pagamento, referente ao recibo de entrega da DCTFWEB;
- c. Cópia da folha de pagamento analítica do mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o órgão ou entidade Contratante ;
- d. Cópia dos contracheques dos(as) empregados(as), relativos ao mês da prestação dos serviços;
- e. Recibos de pagamento ou guias de depósitos bancários da remuneração dos(as) empregados(as) vinculados(as) ao contrato no mês da prestação do serviço;
- f. Registros de horário de trabalho extraídos do sistema eletrônico de registro de ponto, relativos ao mês da prestação dos serviços.

5.3.6.6.3 A qualquer tempo, quando solicitado pela Administração Contratante, quaisquer dos seguintes documentos:

- a. Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração Contratante; e
- b. Comprovantes de realização de cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

5.3.6.6.4 Quando ocorrer o evento, mensal ou anualmente, o que suceder primeiro:

- a. Avisos e recibos de férias;
- b. Recibos de 13º salário;
- c. Relação Anual de Informações Sociais - RAIS;
- d. Sentenças normativas, acordos e convenções coletivas;
- e. Ficha de registro de empregado;
- f. Aviso prévio, pedido de demissão, e termos de rescisão de contrato de trabalho;
- g. Autorização para descontos salariais;
- h. Prova da homologação da rescisão pelo sindicato, quando for o caso;
- i. outros documentos peculiares ao contrato de trabalho

5.3.6.6.5 Quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, sem prejuízo da apresentação dos documentos de que trata o 5.3.6.6.3 deste TR:

- a. Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos(as) empregados(as) prestadores(as) de

serviço, devidamente homologados pelo sindicato da categoria quando exigível;

b. Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

c. Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado(a) dispensado(a); e

d. Exames médicos demissionais dos(as) empregados(as) dispensados(as).

5.3.6.6.6 Sempre que houver substituição ou admissão de novos empregados pela Contratada, os documentos elencados no subitem 5.3.6.5.1 deverão ser apresentados.

5.3.6.6.7 Para fins de registro, guarda e arquivamento, a documentação referida também deverá ser apresentada pelo contratado em meio eletrônico, no formato PDF localizável, organizado em pastas por ano, por empregado e por tipo de documento, sendo cada arquivo de, no máximo, 1,5 MB.

5.3.6.6.8 Caso o serviço não seja prestado fielmente ou apresente alguma incorreção será considerado como não aceito e o prazo de pagamento será contado a partir da data de regularização.

5.3.6.6.9 O período em que o colaborador prestar serviço em situação irregular, do ponto de vista documental, será considerado serviço não prestado pela contratada.

5.4 INÍCIO DA EXECUÇÃO

O início da execução dos serviços se dará no dia útil seguinte após a emissão da Ordem de Serviços emitida pelo gestor do contrato.

5.5 LOCAL E HORÁRIO DE EXECUÇÃO

O serviço será prestado nas localidades e nos horários constantes nos itens 5.1.2 a 5.1.8, podendo envolver deslocamentos com pernoite fora da sede, hipótese em que será devido o pagamento de diárias, conforme item 5.2.2.

5.6 SUBCONTRATAÇÃO

É vedada a subcontratação

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 CONDIÇÕES GERAIS

6.1.1 As especificações e regras deste Termo deverão ser executadas fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.1.2 As comunicações entre o Ministério Público e a empresa contratada serão realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.2 PREPOSTO

6.2.1 Deverá ser designado formalmente o preposto da empresa, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar do início da vigência do contrato, para representar a empresa na execução do contrato.

6.2.2 A indicação do preposto poderá ser recusada, desde que justificadamente, hipótese em que deverá ser designado outro para o exercício da atividade.

6.3 GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

6.3.1 Responsáveis pela Gestão e Fiscalização:

- Gestor titular do contrato: José Adriano Ribeiro D'Avila, e-mail transporte@mprs.mp.br, telefone (51) 3295.2030
- Gestor substituto: Mário Airtton Garcia Menna
- Fiscal Técnico titular: Carlos Eugênio Ramos Fernandes
- Fiscal Técnico substituto: Marlon Gonçalves Zilli
- Fiscalização Administrativa: exercida pela Unidade de Fiscalização Administrativa de Serviços Continuados, e-mail ufc@mprs.mp.br, telefone (51) 32958580

6.3.2 O Gestor do contrato poderá convocar o representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.3.3 Após a assinatura do contrato, o gestor convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial, visando apresentar o plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.3.4 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, e, entre outras funções definidas no Provimento nº 05/2023:

a) verificará o cumprimento das condições estabelecidas no Termo de Referência e Contrato,

de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

b) anotar no procedimento, à medida que ocorrerem, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

c) emitirá notificações para a correção da execução do contrato, assim que identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, determinando prazo para a correção;

d) comunicará o gestor do contato, em tempo hábil, qualquer situação que ultrapasse sua competência ou que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas.

6.3.5 A Fiscalização Administrativa acompanhará a execução dos serviços quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas e às providências tempestivas nos casos de pagamento e inadimplemento, conforme artigo 20 inciso IV, e artigo 23 do Provimento nº 05/2023.

6.3.6 Obrigações gerais da contratada

a) executar o objeto de acordo com as especificações do Termo de Referência;

b) manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar ao CONTRATANTE a superveniência do fato impeditivo da manutenção dessas condições;

c) responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à contratante;

d) apresentar, durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor pertinente ao objeto e às obrigações assumidas;

e) permitir a fiscalização pelo CONTRATANTE e atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal, gestor do contrato ou autoridade superior;

f) manter a fiscalização do cumprimento das tarefas inerentes aos serviços, independentemente da fiscalização exercida pelo CONTRATANTE;

g) selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando profissionais portadores de atestados de boa conduta e demais referências;

h) cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentares sobre Medicina e Segurança do Trabalho, obrigando seus empregados a utilizarem os equipamentos individuais indicados para elidir a periculosidade e/ou insalubridade, porventura existentes, na execução das tarefas necessárias à realização dos serviços;

- i) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante;
- j) manter atualizado o contrato social, bem como seus dados, especialmente endereço, telefone e e-mail, durante toda a vigência do ajuste, devendo comunicar imediatamente qualquer alteração;
- k) não transferir a outrem, no todo ou em parte, os compromissos avençados;
- l) cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- m) comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- n) guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- o) arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento da sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- p) não manter, durante toda a execução do contrato, direta ou indiretamente, vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul ou com agente público que desempenhou função na licitação/contratação ou que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, os termos do disposto no artigo 14, inciso IV, da Lei Federal n.º 14.133/2021;
- q) não possuir, durante toda a execução do contrato, no quadro societário, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, ou de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento, vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação/contratação no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do artigo 3º, inciso II, da Resolução CNMP n.º 37/2009 (com redação dada pela Resolução CNMP n.º 172/2017);
- r) não alocar empregados que sejam parentes até o terceiro grau dos respectivos membros ou

servidores da CONTRATANTE, em cumprimento ao artigo 4º da Resolução n.º 37/2009 do CNMP - Conselho Nacional do Ministério Público;

s) não alocar na prestação de serviços ao Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, em função de chefia, empregados que possuam as restrições listadas nos artigos 1º e 2º da Resolução n.º 177/2017 do CNMP – Conselho Nacional do Ministério Público;

t) alocar 8% das vagas dos postos de trabalho do presente contrato para mulheres em situação de vulnerabilidade econômica decorrente de violência doméstica e familiar de que trata a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, nos termos da Lei 14.133/2021, Decreto Federal nº 12.516/2025 e Acordo de Cooperação Técnica nº 34/2025 (União – Estado do RS);

u) Cumprir integralmente as exigências de sustentabilidade previstas no item 4.3 deste Termo de Referência, especialmente aquelas relacionadas à responsabilidade socioambiental, à política de inclusão social e à observância à legislação ambiental aplicável. O cumprimento dessas exigências será acompanhado e fiscalizado pela Contratante durante toda a execução contratual, podendo ensejar aplicação de sanções em caso de descumprimento;

6.4 SANÇÕES:

6.4.1. Poderão ser aplicadas sanções de natureza moratória e punitiva diante do não cumprimento das cláusulas contratuais:

a) multa por atraso: 0,5% sobre o valor mensal do posto inadimplente, por dia de atraso, limitada a 20 dias;

b) advertência

c) multa compensatória: até 10% sobre o valor total do contrato

d) impedimento de licitar e contratar por até 03 (três) anos;

e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.4.2 Sanções específicas

Não existem sanções específicas vinculadas ao objeto.

6.4.3 A multa poderá ser aplicada isolada ou cumulativamente, limitada a 30% (trinta por cento).

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1 INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO

7.1.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), previsto no Anexo I deste Termo de Referência.

7.1.2 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- a) não produzir os resultados acordados;
- b) deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;
- c) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Ressalta-se que, conforme previsto no item 4.3 do Anexo I (IMR), a glosa não será aplicada no primeiro mês de vigência contratual.

7.1.3 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.1.4 A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

- a) Assiduidade;
- b) Pontualidade;
- c) Execução das ordens de serviço;
- d) Conformidade dos relatórios;
- e) Postura funcional e disciplina.

7.2 RECEBIMENTO

7.2.1 Haverá recebimento dos serviços, de acordo com a ordem de serviço emitida, conforme abaixo:

7.2.1.1 Provisoriamente, após a entrega de toda a documentação mensal pertinente à cláusula 5.3.6.5.2, no prazo de até 5 dias úteis, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

7.2.1.2 Definitivamente, pelo gestor do contrato, no prazo de até 7 dias úteis após o recebimento provisório, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, da qualidade e quantidade do serviço, obedecendo os seguintes procedimentos:

- a) analisar os relatórios e toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;

b) efetuar a medição do valor mensal devido, com base nas documentações, na análise dos relatórios dos fiscais e no IMR, e dar ciência à Contratada, concedendo prazo para a contestação de glosas e descontos;

c) comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pelo gestor do contrato;

d) realizar consulta à documentação de habilitação da empresa, nos termos do Provimento nº 104/2023.

7.2.2 A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.2.3 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133/2021).

7.2.4 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.2.5 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.2.6 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela Contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.3 PAGAMENTO

7.3.1 Os documentos fiscais deverão ser apresentados mensalmente, no mês subsequente à prestação dos serviços, no prazo de 5 (cinco) dias após a notificação do Gestor, aos cuidados da Fiscalização Administrativa, Sr. Eliandro, e-mail ufc@mprs.mp.br, fone (51) 3295-8580. Os referidos documentos fiscais devem detalhar os valores a serem provisionados em conta vinculada, bem como o custeio de diárias, quando for o caso.

7.3.2 A contratada deverá emitir, mensalmente:

- a) Nota fiscal/fatura dos serviços efetivamente executados, englobando os montantes "A", "B" e "D" (correspondente a estes montantes) em meio eletrônico (arquivo PDF localizável);
- b) Nota fiscal/fatura de cobrança dos valores relativos aos Montantes "C" e "D" (correspondente a este montante) em meio eletrônico (arquivo PDF localizável).

7.3.2.1 Quando da ocorrência de horas extraordinárias, autorizadas previamente pelo gestor do contrato, seu pagamento será efetuado por meio da apresentação de nota fiscal específica.

7.3.2.2 No pagamento das horas extraordinárias, o valor da hora (diurna ou noturna) será calculado com base na planilha de custos e formação de preços que a licitante vencedora apresentou na proposta do contrato em vigor

7.3.3 A Nota fiscal deve destacar os impostos objeto de retenção.

7.3.4 Serão remetidos juntamente com a nota fiscal os documentos referidos no subitem 5.3.6.5.2, além de outros eventualmente solicitados pela Fiscalização Administrativa.

7.3.5 Não serão recebidos/protocolados documentos fiscais no período de 20/12 a 06/01 (período de recesso, se houver) ou em dias em que não houver expediente no órgão.

7.3.6 O pagamento dar-se-á pelos serviços efetivamente prestados durante o mês, conforme período trabalhado.

7.3.7 A inexecução dos serviços estabelecidos neste instrumento, decorrentes do não suprimimento de faltas, atrasos ou antecipações nas saídas dos empregados designados para a prestação aqui ajustada, será descontada do preço estipulado, da seguinte maneira: "Desconto = Montantes "A" + "B" / número de horas contratadas no posto x número de horas sem substituição".

7.3.8 Os benefícios, constantes no Montante "C", não serão ressarcidos quando não houver a substituição de funcionários faltantes.

7.3.9 Os valores referentes às provisões de encargos trabalhistas referentes a férias, 1/3 constitucional, 13º salário e multa do FGTS por dispensa sem justa causa, bem como a incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário serão deduzidas do pagamento do valor mensal devido à contratada e depositadas em conta-depósito vinculada, conforme item 7.4 abaixo.

7.3.9.1 O contingenciamento mensal de encargos trabalhistas, realizado pela Contratante, será realizado nos seguintes percentuais, a incidir sobre a remuneração, conforme o grau de risco de acidente do trabalho em que a empresa encontra-se enquadrada:

(Tabela de Percentuais de Contingenciamento)

Item / Rubrica	Percentuais (%)
13º salário	8,33
Férias e 1/3 Constitucional	12,10
Multa sobre FGTS e contribuição social sobre o aviso-prévio indenizado e sobre o aviso-prévio trabalhado	5,00
Subtotal	25,43
Incidência do Módulo 2 – Encargos Sociais sobre férias, um terço constitucional de férias e 13º salário	7,39 7,60 7,82
Total a contingenciar	32,82 33,03 33,25

Obs.: Considerando as alíquotas de contribuição de 1% (um por cento), 2% (dois por cento) ou 3% (três por cento) referentes ao grau de risco de acidente do trabalho - SAT/GIIL-RAT, previstas no art. 22, inciso II, da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

7.3.10 O pagamento será efetuado à CONTRATADA pelo CONTRATANTE, no 15º (décimo quinto) dia a contar da protocolização da Nota Fiscal, válida para pagamento.

7.3.11 Em caso de inadimplemento da empresa contratada, o contratante poderá efetuar diretamente o pagamento das verbas trabalhistas, que serão deduzidas do pagamento devido ao contratado.

7.3.11.1 A futura Contratada deverá autorizar a Administração Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.3.11.2 Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

7.3.12 Haverá a retenção de tributos na forma da legislação em vigor, devendo a Nota Fiscal destacar os valores correspondentes.

7.3.13 Havendo erros ou omissões na documentação de pagamento, a CONTRATADA será notificada, com a exposição de todas as falhas verificadas, para que proceda as correções

necessárias. Nesse caso, o prazo para efetivação do pagamento será interrompido, reiniciando a contagem no momento em que forem sanadas as irregularidades.

7.3.14 O não pagamento na data implica em atualização monetária entres as datas prevista e efetiva de pagamento, de acordo com a variação pro rata die do IPCA.

7.3.15 Os valores não pagos no prazo previsto deverão ser corrigidos desde então até a data do efetivo pagamento, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ou por outro que venha a substituí-lo, pro rata die.

7.4 CONTA-DEPÓSITO VINCULADA

7.4.1 Para tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte da Contratada, aplicar-se-ão as regras da conta-depósito vinculada previstas neste Termo de Referência e na Lei Estadual nº 16.110/2024.

7.4.2 A futura Contratada deverá autorizar a Administração, no momento da assinatura do contrato, a proceder aos depósitos, movimentações e bloqueios dos valores vinculados às obrigações trabalhistas, nos termos deste instrumento.

7.4.3 O montante dos depósitos da conta vinculada será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da contratação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

- a) 13º (décimo terceiro) salário;
- b) Férias e 1/3 (um terço) constitucional de férias;
- c) Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e
- d) Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

7.4.4 A movimentação dos valores depositados na conta vinculada dependerá de autorização expressa da Administração Contratante e será realizada exclusivamente para o pagamento das obrigações nela previstas.

7.4.5 A conta-depósito vinculada será aberta em instituição financeira oficial, indicada pela Administração, em nome da Contratada, sendo vedada sua movimentação direta pela empresa.

7.4.6 Os custos bancários decorrentes da manutenção da conta-depósito vinculada correrão por conta da Contratada.

7.4.7 O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die ou conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado com o Banco Oficial (Banrisul), sempre escolhido o de maior rentabilidade.

7.4.7.1 Para a liberação dos recursos da conta depósito vinculada, a Contratada deverá apresentar ao Gestor ou ao Fiscal Administrativo os documentos comprobatórios da ocorrência dos pagamentos e/ou indenizações trabalhistas, conforme regulamento.

7.4.7.2 A Contratante expedirá, após a confirmação da ocorrência do pagamento e/ou indenização trabalhista e a conferência dos cálculos, autorização que será encaminhada à instituição financeira oficial no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa, na forma do regulamento.

7.4.7.3 A empresa deverá apresentar ao Gestor ou ao Fiscal Administrativo, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, o comprovante de quitação dos pagamentos ou indenizações trabalhistas, contados da data do pagamento ou da homologação.

7.4.8 O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, mediante declaração do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados que confirme a quitação dos pagamentos e das indenizações trabalhistas correspondentes aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

7.4.8.1 Permanecendo o trabalhador vinculado à empresa prestadora de serviço após o encerramento do contrato, os valores serão liberados à CONTRATADA conforme a quitação dos pagamentos e indenizações trabalhistas, permanecendo a conta depósito vinculada — bloqueada para movimentação — ativa pelo tempo que for necessário, até o prazo de 5 (cinco) anos, sendo o CONTRATANTE responsável por autorizar a liberação de recursos nesse período, conforme regulamenta a Lei Estadual do RS n. 16.110/2024. Ultrapassado o prazo de cinco anos, o saldo será integralmente liberado para a CONTRATADA.

7.5 REPACTUAÇÃO E REAJUSTE

7.5.1 O valor do Montante "A" será objeto de repactuação na forma estabelecida na legislação salarial e no dissídio ou acordo coletivo da categoria, mediante demonstração analítica da variação dos custos contratuais.

7.5.1.1 A repactuação deverá observar o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data da apresentação da proposta ou da data da última repactuação.

7.5.1.2 A repactuação terá data vinculada ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual a proposta esteja vinculada, para os custos de mão de obra.

7.5.1.3 Caberá à contratada, dentre outros documentos necessários à repactuação, apresentar documentação atualizada comprovando o Fator Acidentário de Prevenção (FAP).

7.5.1.3.1 A Administração repactuará o FAP somente para reduzi-lo, com efeitos retroativos, não se admitindo majoração deste item, em conformidade com o PARECER N° 46/2016/DECOR/CGU/AGU e o PARECER N° 150/2010/DECOR/CGU/AGU.

7.5.2 O valor do montante "B", com exceção dos materiais e equipamentos, cuja remuneração seguirá as regras de depreciação e eventual substituição, conforme detalhado no item 8.6 deste Termo, será reajustado observado o interregno mínimo de um ano da data da proposta, mediante solicitação da Contratada, que deverá fazer a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da memória de cálculo com a indicação dos índices utilizados.

7.5.2.1 O índice a ser considerado é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) correspondente à variação no período, que terá como termo inicial o mês da apresentação da proposta de preços e como termo final o 12º mês. Caso a variação do IPCA acumulada no período seja negativa, o valor do contrato será diminuído, automaticamente, com base na aplicação do índice.

7.5.2.2 Em relação aos materiais e equipamentos, itens que compõem o montante 'B', aplicam-se as regras de depreciação e de eventual atualização de custo por substituição, conforme detalhado no item 8.6 e seus subitens deste Termo de Referência.

7.5.3 O valor ressarcido a título de Montante "C" será objeto de acréscimo quando a lei assim o determinar e/ou conforme estabelecido em dissídio ou acordo coletivo da categoria, devendo, para fins de solicitação, a CONTRATADA apresentar a legislação pertinente e/ou o dissídio ou acordo coletivo da categoria, afora demonstração analítica da alteração dos custos.

7.5.4 O valor do montante "D" será modificado, automaticamente, na proporção das alterações dos montantes "A", "B" e "C", mantido o percentual fixado em lei.

7.5.5 Os percentuais correspondentes aos tributos indicados no montante "D" serão reequilibrados quando as legislações respectivas assim determinarem.

8. CUSTOS RENOVÁVEIS E NÃO RENOVÁVEIS

8.1 Fica definido que será utilizada a Nota Técnica nº 652/2017 MP (cópia em anexo ao edital) para análise dos custos renováveis e não renováveis por ocasião do transcurso de um ano do contrato ou de eventual prorrogação do prazo de vigência do contrato, conforme disposto a seguir.

8.2 São exemplos de custos não renováveis: Equipamentos Depreciados e não Substituídos; Ausências Legais; Licença Paternidade; Ausências por Acidente de Trabalho; Afastamento Maternidade; Ausência por Doença; Aviso Prévio Indenizado e Aviso Prévio Trabalhado.

8.3 O fiscal administrativo do contrato poderá solicitar que a contratada relacione e comprove as ocorrências havidas no decorrer do contrato de demissões sem justa causa dos itens componentes do Módulo referente à Provisão para rescisão da planilha de custos (aviso prévio indenizado e trabalhado), bem como as ocorrências de ausências legais dos itens componentes do Módulo referente ao Custo de reposição do profissional ausente da planilha de custos (exceto Substituto na cobertura de Férias), sob pena de exclusão.

8.4 Nas eventuais prorrogações contratuais os custos não renováveis já pagos ou amortizados referentes aos itens constantes do Módulo referente ao Custo de reposição do profissional ausente (com exceção do Substituto na cobertura de férias) da planilha de custos, ao longo do primeiro período de vigência da contratação, deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

8.5 A cada ano de contrato os custos não renováveis já pagos ou amortizados referentes aos itens constantes do Módulo referente à Provisão para rescisão (somente aviso prévio indenizado e aviso prévio trabalhado) da planilha de custos, deverão ser reduzidos ou eliminados, para analisar a viabilidade de aportar 3 dias, em conformidade com a Lei nº 12.506, de 2011.

8.5.1 Eventuais reduções ou exclusões de valores poderão ser processadas juntamente com a prorrogação, conforme conveniência da Administração, com os devidos ajustes de valores retroativos, se for o caso.

8.6 A disciplina dos custos não renováveis já pagos ou amortizados em relação aos materiais e equipamentos, itens do Módulo referente aos Insumos na planilha de custos, será feita aplicando-se as seguintes regras quanto a sua depreciação e reajuste:

8.6.1 Os materiais e equipamentos (para o caso desta licitação) não sofrerão reajuste no decorrer da execução contratual em razão de que já foram adquiridos no início do contrato e sofrem depreciação por legislação contábil específica (calculada com base no valor do ativo e na sua vida útil estimada), sendo que a variação no preço de mercado dos materiais e equipamentos não traz reflexos diretos ao bem já adquirido. Já a depreciação (parte do valor do bem registrada como despesa a cada período contábil) é um critério utilizado para se realizar a remuneração do bem que será colocado em uso.

8.6.2 A cada ano do contrato e a cada prorrogação do prazo de vigência do contrato, ou em momento oportuno, será verificada ocorrência de depreciação integral do equipamento,

quando então seu valor será excluído, exceto na hipótese de necessidade de sua renovação em face do prazo de vida útil e condições de operação.

8.6.2.1 Quando o bem for totalmente depreciado durante a execução do contrato, e não seja necessária sua substituição por outro equipamento novo, o fiscal técnico deverá comunicar ao gestor do contrato para fins de exclusão do valor na planilha de custos e formação de preços. O processamento da exclusão do valor poderá ser feito na prorrogação ou na repactuação, conforme conveniência da Administração, com os devidos ajustes de valores retroativos, se for o caso.

8.6.3 Quando o bem for totalmente depreciado e consumido durante a execução do contrato, de forma que seja necessária a substituição por outro equipamento novo, o aporte desse custo poderá considerar a perda da inflação no período. O valor considerado para depreciação deve levar em conta esse novo valor para esse bem.

8.6.4 O procedimento será acompanhado e aprovado pelo fiscal técnico do contrato, para fins de averiguação do motivo que deu causa à substituição.

8.6.5 Ocorrendo a substituição de um bem totalmente depreciado e consumido, e após a apresentação de documento idôneo com a especificação e o valor do novo bem pela Contratada, com a devida aprovação do fiscal técnico, o custo de aquisição do novo bem para fins de cálculo da depreciação será apurado mediante a comprovação da variação dos custos. Essa apuração obedecerá à fórmula do Decreto 1.054, de 1994, sendo que o item da fórmula denominado "Valor contratual correspondente à parcela dos insumos a ser reajustada" será o valor inicialmente indicado para depreciação e deverá levar em consideração o período entre a data da apresentação da proposta, ou da última substituição, conforme o caso, até o mês em que o bem foi substituído, tendo como limite o valor de aquisição do novo bem.

8.8 Para o aviso prévio indenizado, na hipótese de não ter havido ocorrências no primeiro ano do contrato, o seu valor deverá corresponder a 10% (dez por cento) do valor proposto, para aportar os 3 (três) dias previstos na Lei nº 12.506, de 2011.

8.9 Para o aviso prévio trabalhado, na hipótese de não ter havido ocorrências no primeiro ano do contrato, o seu valor deverá corresponder a 10% (dez por cento) do valor proposto, até o limite máximo de 0,194%, quando o percentual cotado na licitação for de 1,94% (para 100% dos empregados), em conformidade com os Acórdãos TCU nos 1.186/2017 e 522/2019, ambos do Plenário, para aportar os 3 (três) dias previstos na Lei nº 12.506, de 2011.

8.10 Sujeitando-se o contratado ao regime de incidência não cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

9. PROTEÇÃO DE DADOS

9.1 O contrato envolve o tratamento de dados pessoais pela contratada, na qualidade de operadora de dados, conforme o art. 5º, inciso VII, da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), sob as diretrizes do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul (MPRS), na qualidade de controlador, nos termos do inciso VI do mesmo artigo.

9.2 Os dados pessoais tratados incluem, entre outros:

- a) Dados de identificação dos trabalhadores (nome, CPF, RG, fotografia), utilizados para crachás, registros de frequência e relatórios de execução contratual;
- b) Dados sobre itinerários e deslocamentos realizados pelos motoristas, incluindo eventuais informações de terceiros transportados;
- c) Dados sensíveis de trabalhadoras contratadas no âmbito do Programa RECOMEÇAR, relativos à situação de vulnerabilidade, que exigem proteção reforçada.

9.3 A contratada deverá observar as seguintes obrigações, sob pena das sanções contratuais:

- a) Tratar os dados pessoais exclusivamente para as finalidades determinadas pelo MPRS, como gestão de pessoal, controle de jornadas, registro de itinerários e comprovação da execução contratual, sendo vedado qualquer uso não autorizado;
- b) Adotar medidas técnicas e organizacionais de segurança, nos termos do art. 46 da LGPD, como criptografia, controle de acesso e backups regulares;
- c) Notificar o MPRS, em até 48 (quarenta e oito) horas, sobre qualquer incidente de segurança que possa comprometer dados pessoais, conforme o art. 48 da LGPD, com detalhamento das medidas de mitigação adotadas;
- e) Auxiliar o MPRS na resposta a solicitações de titulares de dados (como acesso, correção ou exclusão), conforme o art. 18 da LGPD, no prazo de 10 (dez) dias;
- f) Excluir ou anonimizar os dados ao término do contrato, salvo determinação legal em contrário ou autorização do MPRS, apresentando comprovante em até 30 (trinta) dias após o encerramento;
- g) Apresentar, anualmente ou sempre que solicitado, relatório de conformidade com a LGPD, incluindo as medidas de segurança adotadas e registros de eventuais incidentes.

9.4 A contratada deverá observar as disposições do Programa RECOMEÇAR (cláusula 4.3, item VIII), assegurando o sigilo e a proteção dos dados sensíveis das trabalhadoras em situação de vulnerabilidade, conforme previsto no Provimento nº 2/2025-PGJ.

9.5 O descumprimento das obrigações desta cláusula sujeitará a contratada às penalidades previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, incluindo advertência, multa ou rescisão contratual, sem prejuízo de responsabilização civil ou administrativa nos termos do art. 42 da LGPD.

10. SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1 FORMA DE SELEÇÃO: Licitação

10.2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO: menor preço global

10.3 TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (ME/EPP)

Em cumprimento ao disposto nos arts. 47 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 e ao art. 4º, inciso IX, da Lei nº 14.133/2021, a presente licitação assegurará às microempresas e empresas de pequeno porte o tratamento diferenciado, favorecido e simplificado, especialmente no que se refere à possibilidade de desempate ficto.

Após análise técnica do objeto e da realidade da contratação, não será adotada a reserva de cota ou a licitação exclusiva para ME/EPP, tendo em vista a natureza dos serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, que envolvem atividades críticas como a condução de Membros da Administração Superior e o apoio técnico à manutenção da frota institucional, exigindo estrutura operacional robusta, equipe qualificada e capacidade de resposta imediata e contínua.

A decisão pela não adoção dessas modalidades está fundamentada na necessidade de garantir a vantajosidade, a regularidade da execução contratual e a mitigação de riscos administrativos, operacionais e fiscais. Ressalta-se que a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte não constitui impedimento à participação na licitação.

A qualificação técnica e econômico-financeira exigida no presente Termo de Referência observará critérios objetivos, proporcionais e compatíveis com o grau de complexidade do serviço, assegurando ampla concorrência, isonomia entre os licitantes e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

10.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.4.1 Qualificação técnico-profissional e técnico-operacional

Para assegurar a contratação de empresa com capacidade técnica compatível com as exigências do objeto, será exigido:

- a) Atestado(s) ou documento(s) idôneo(s), fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que a licitante tenha prestado serviços de transporte de pessoas e apoio à manutenção de veículos, devendo constar, como parcela de maior relevância, a administração concomitante de, no mínimo, 10 (dez) postos de motoristas, por período não inferior a 12 (doze) meses.
- b) Para fins de comprovação do quantitativo mínimo exigido, será admitido o somatório de diferentes atestados, desde que todos correspondam a serviços executados dentro do período mínimo mencionado na alínea A.

- c) O(s) atestado(s) ou documento(s) idôneo(s) apresentado(s) deverão conter, preferencialmente:
 - C.1) nome e CNPJ da empresa que executou o serviço;
 - C.2) descrição detalhada dos serviços prestados;
 - C.3) período de execução contratual;
 - C.4) nome, cargo e assinatura do responsável pela emissão do documento;
 - C.5) cópia(s) do(s) contrato(s) ou de outro(s) documento(s) comprobatório(s) que demonstre(m) a experiência da licitante na prestação dos serviços.
- d) A licitante deverá disponibilizar, quando solicitado pelo Pregoeiro ou pela Administração, todas as informações e documentos necessários à verificação da autenticidade e legitimidade dos atestados, incluindo, mas não se limitando a:
 - e) D.1) cópia do contrato que deu origem ao atestado;
 - f) D.2) endereço da contratante;
 - g) D.3) local de execução dos serviços;
 - h) D.4) outros documentos pertinentes à comprovação da experiência técnica.

10.5 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do fornecedor, caso se trate de pessoa física ou de sociedade simples.
- b) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;
 - b.1) Para o caso de empresa em recuperação judicial: a licitante deverá apresentar o plano de recuperação judicial aprovado pela assembleia de credores e homologado pelo juízo.
- c) Comprovação de possuir Capital Circulante Líquido mínimo de R\$ 616.047,69, equivalente a aproximadamente 16,66% do valor estimado desta contratação.
 - c.1) A exigência de Capital Circulante Líquido (CCL) mínimo correspondente a 16,66% do valor estimado da contratação justifica-se em razão da natureza do objeto, que envolve a prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, abrangendo motoristas, assistentes de manutenção de veículos e supervisor, bem como o fornecimento de uniformes, equipamentos e demais insumos necessários, cujos custos são predominantemente compostos por despesas mensais fixas, tais como salários, encargos trabalhistas, benefícios legais e convencionais, além de custos operacionais indispensáveis à execução dos serviços. Considerando que o contrato terá vigência inicial de 12 (doze) meses, prorrogável na forma da lei, o percentual de, no mínimo, 16,66%, corresponde, em termos financeiros, a aproximadamente 02 (dois) meses de execução contratual, estimados conforme acima no valor considerado suficiente para assegurar que a futura contratada disponha de liquidez imediata para suportar os custos iniciais do contrato, sem dependência dos pagamentos por esta Administração. Tal exigência revela-se razoável, proporcional e adequada ao porte da contratação, não se mostrando excessiva nem restritiva à competitividade do

certame, além de estar alinhada às boas práticas de gestão de riscos e ao entendimento consolidado dos órgãos de controle quanto à legitimidade da exigência de CCL em contratações de serviços continuados.

- c.2) Ressalta-se, por fim, que o Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro constitui indicador de liquidez de curto prazo, sendo instrumento idôneo para aferir a capacidade econômico-financeira da licitante para a execução regular do objeto contratado.
- d) Demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentadas na forma da lei, comprovando que a licitante possui índices de liquidez geral (ILG), solvência geral (ISG) e liquidez corrente (ILC) superiores a 1,0 (um), conforme as fórmulas:
- $ILG = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) \div (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$;
 - $ISG = (\text{Ativo Total}) \div (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$;
 - $ILC = (\text{Ativo Circulante}) \div (\text{Passivo Circulante})$.
- d.1) Os índices relacionados na alínea “c.2” serão calculados considerando apenas o último exercício social, conforme § 1º do art. 6º da Instrução Normativa nº 11/2023 da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado – CAGE.
- e) Caso a licitante apresente resultado igual ou inferior a 1,0 (um) em qualquer dos índices indicados na alínea “d”, deverá comprovar que possui patrimônio líquido de pelo menos 10% (dez por cento) do valor total de sua proposta.
- f) Comprovação, por meio de declaração, da relação de compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, conforme modelo constante do Anexo VI deste Edital, nos termos do Decreto Estadual nº 57.154/2023 e da Instrução Normativa CAGE nº 11/2023.

10.6 CONSÓRCIO

Vedada a participação de empresas em consórcio.

- Justificativa: a natureza do objeto exige atuação unificada, com centralização da responsabilidade técnica e administrativa em uma única empresa, visando à eficiência na coordenação de escalas, controle de jornada e manutenção da qualidade dos serviços prestados, o que é incompatível com a divisão de responsabilidades inerente a consórcios.

11. ESTIMATIVA DO VALOR

11.1 Valor do Serviço

11.1.1 O valor estimado do serviço é de **R\$ 3.696.286,13**.

11.2 Sindicatos Representativos e Convenções Coletivas de Trabalho

11.2.1 Para efeito de composição de preços e dimensionamento de custos, fica consignado que as convenções coletivas de trabalho utilizadas como balizadoras dos cargos elencados neste documento foram:

- Para a categoria de motoristas: Convenção Coletiva de Trabalho **RS004425/2025** entre o

SINDICATO DAS EMPRESAS TRANSPORTES PASSAG FRETAM EST RS (CNPJ n. 95.122.545/0001-87) e o SINDICATO TRAB TRANSP ROD INTERM INTEREST TUR FRET DO R (CNPJ n. 94.067.758/0001-90).

- Para os Assistentes de Manutenção de Veículos: Convenção Coletiva de Trabalho **RS003202/2025** entre o SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE
- MATERIAL ELETRICO E ELETRONICO DA GRANDE PORTO ALEGRE (CNPJ n. 92.959.600/0001-08) e outros de regiões diversas elencados no instrumento e o SINDICATO DA IND DA REPARACAO VEIC E ACESS NO ERGSUL (CNPJ n. 92.946.359/0001-74).

11.3 Estrutura Remuneratória para Assistente de Manutenção de Veículos

11.3.1 Para efeito de composição de preços e dimensionamento de custos, adota-se o salário-base de R\$ 3.000,00 (três mil reais) para a categoria de assistentes de mecânica.

Parágrafo único: Na hipótese de substituição da referida Convenção Coletiva de Trabalho ou de celebração de novo instrumento coletivo que venha a sucedê-la, os reajustes anuais seguirão o mesmo percentual atribuído na CCT balizadora.

11.3.2 Incide adicional de insalubridade no grau máximo de 40% (quarenta por cento). A base de cálculo para este adicional é o salário-mínimo regional do Rio Grande do Sul aplicável ao comércio em geral, atualmente fixado em R\$ 1.945,67 (mil novecentos e quarenta e cinco reais e sessenta e sete centavos), resultando em R\$ 778,27 (setecentos e setenta e oito reais e vinte e sete centavos).

Parágrafo único: Na hipótese de celebração de nova convenção coletiva ou instrumento coletivo que substitua o atual, permanece garantido o adicional de insalubridade no patamar de 40%.

11.4 Bonificação Mínima para Supervisor

11.4.1 Para efeito de composição de preços e dimensionamento de custos, a remuneração do supervisor deverá contemplar uma bonificação mínima de 20% (vinte por cento) sobre o seu salário-base. Esta bonificação visa reconhecer a importância estratégica da função de supervisão na coordenação das equipes de motoristas e assistentes de manutenção de veículos, estimulando o desempenho superior e a manutenção da qualidade dos serviços.

11.5 Justificativa

Tal estrutura remuneratória visa atender às peculiaridades do mercado de trabalho para manutenção veicular, em que a remuneração costuma incluir comissões por produtividade ou bonificações variáveis. O pagamento do adicional de insalubridade, além de observar a norma coletiva, atua como medida preventiva de passivos trabalhistas, reforçando a segurança jurídica e a qualidade do serviço. A definição desta estrutura remuneratória objetiva selecionar profissionais tecnicamente aptos e experientes, bem como mitigar custos indiretos

relacionados à substituição de pessoal e à reincidência de falhas nos serviços.

ANEXO I-A

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – IMR

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Definição: Instrumento de Medição de Resultado – IMR é o mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento.

1.2. Objetivo a atingir: prestação dos serviços de motoristas, assistentes de manutenção de veículos e supervisor em elevados níveis de qualidade.

1.3. Forma de avaliação: definição de situações que caracterizem o não atingimento do objetivo e atribuição de descontos no valor de pagamento devido.

1.4. Apuração: ao final de cada período de apuração (mensal), a fiscalização do contrato encaminhará ao gestor do contrato o relatório de recebimento provisório do objeto, no qual deverá constar a avaliação dos serviços prestados, conforme os critérios deste IMR. O gestor do contrato receberá todos os relatórios, efetuará a medição do valor mensal devido, já ajustado ao IMR, e dará ciência à Contratada, solicitando a emissão de documento de cobrança pelo valor medido e a adoção das medidas recomendadas, se houver.

1.5. Sanções: embora a aplicação de índices de desconto seja instrumento de gestão contratual, não configurando sanção, a Contratante poderá, pela qualidade insuficiente, aplicar as penalidades previstas no Instrumento de Contrato.

2. CONDIÇÕES GERAIS

2.1. Para o acompanhamento e avaliação dos serviços da Contratada será estabelecido e utilizado o Instrumento de Medição de Resultado – IMR, baseando-se em indicadores e metas definidos abaixo.

2.2. A análise dos resultados destas avaliações pela Contratante poderá resultar em desconto no valor mensal dos postos, conforme prevê o Processo de Aferição, caso a Contratada não cumpra os compromissos estabelecidos pelos indicadores.

2.3. O IMR deve ser considerado e entendido pela Contratada como um compromisso de qualidade que assumirá junto à Contratante. O IMR é um instrumento ágil e objetivo de avaliação da qualidade da execução contratual, associando o pagamento à qualidade efetivamente obtida.

2.4. Para o recebimento integral do valor contratado, a Contratada deverá cumprir com suas obrigações contratuais, em especial as dispostas nos indicadores de desempenho.

2.5. O IMR será implementado na data de assinatura do contrato, cabendo ao Fiscal Técnico do contrato avaliar mensalmente a execução dos serviços prestados.

3. DESCRIÇÃO DOS ITENS AVALIADOS POR POSTO DE SERVIÇO

3.1. Para consecução destes objetivos, serão adotadas as seguintes regras de Medição de Resultado:

3.2.1. A avaliação corresponde à atribuição mensal dos conceitos "bom", "razoável" e "insatisfatório", equivalente aos valores 3, 2, 1 e 0 para cada item avaliado, sendo os dois últimos atrelados ao conceito "insatisfatório", e as respectivas justificativas, se necessário. Serão 3 (três) módulos distintos a serem avaliados, cada um com seu respectivo peso no cômputo geral, formando a pontuação final que será aplicada na faixa de tolerância:

MÓDULO	PESO DA AVALIAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
1	10	30
2	20	60
3	30	90
RESULTADO MÁXIMO DA AVALIAÇÃO		180

3.2.2. As adequações nos pagamentos estarão limitadas à seguinte faixa de tolerância:

FAIXA DE PONTUAÇÃO OBTIDA	PERCENTUAL DE DESCONTO
151 a 180	0%
121 a 150	2%
91 a 120	3%
61 a 90	4%
Até 60	5%

3.3. Os módulos para medição dos resultados estão descritos no quadro a seguir:

MÓDULO 1 – ASSIDUIDADE E PONTUALIDADE

Descrição	Pontos	Pontos (0 a 3)	Peso	Pontuação total = (Pontos × Peso)
I – Todos os 3 aspectos adequados: sem faltas não justificadas, sem atrasos superiores a 15 minutos, substituições realizadas em até 2 horas	3		10	
II – Um aspecto inadequado	2			
III – Dois aspectos inadequados	1			
IV – Três aspectos inadequados	0			
Descrição das ocorrências			Subtotal Módulo 1	

MÓDULO 2 – EXECUÇÃO DAS ORDENS DE SERVIÇO

Descrição	Pontos	Pontos (0 a 3)	Peso	Pontuação total = (Pontos × Peso)
I – Todos os 3 aspectos adequados: cumprimento das rotas estabelecidas, preenchimento correto das planilhas de movimentação (PCV), atendimento das solicitações no prazo	3		20	
II – Um aspecto inadequado	2			
III – Dois aspectos inadequados	1			
IV – Três aspectos inadequados	0			
Descrição das ocorrências (identificação do posto (empregado), dia e a ocorrência):			Subtotal Módulo 2	

MÓDULO 3 – QUALIDADE DOS SERVIÇOS E POSTURA PROFISSIONAL

Descrição	Pontos	Pontos (0 a 3)	Peso	Pontuação total = (Pontos × Peso)
I – Todos os 3 aspectos adequados: uso correto do uniforme, cordialidade no atendimento, zelo com o patrimônio público	3		30	
II – Um aspecto inadequado	2			
III – Dois aspectos inadequados	1			
IV – Três aspectos inadequados	0			
Descrição das ocorrências (identificação do posto (empregado), dia e a ocorrência):			Subtotal Módulo 3	

3.4. Critérios de pontuação por módulo

A pontuação em cada módulo considera exclusivamente quantos dos três aspectos foram descumpridos, independentemente da quantidade de ocorrências registradas em cada aspecto.

4. CRITÉRIOS PARA ANÁLISE DOS ITENS AVALIADOS

4.1. Conforme a pontuação obtida em cada posto (empregado) serão gerados os seguintes percentuais de desconto no valor do posto:

CONCEITO	FAIXA DE PONTUAÇÃO OBTIDA	PERCENTUAL DE DESCONTO
BOM	151 a 180	0%
SATISFATÓRIO	121 a 150	2%
REGULAR	91 a 120	3%
INSATISFATÓRIO	61 a 90	4%
INSATISFATÓRIO	Até 60	5%

4.2. Os serviços serão considerados insatisfatórios abaixo de 90 pontos. O primeiro mês de contrato será objeto apenas de notificação, de modo a permitir o ajuste e aperfeiçoamento da qualidade do serviço pela contratada.

4.3. Os registros das ocorrências serão individuais e para cada posto (empregado), ou seja, a cada fato verificado corresponderá a uma ocorrência, podendo haver registro de várias ocorrências dentro do período de avaliação.

4.4. A forma de dimensionamento dos pagamentos seguirá as seguintes orientações:

4.4.1. Em cada módulo será atribuído pontos conforme Quadro 1.

4.4.2. O somatório da pontuação obtido de cada módulo multiplicado por seu respectivo peso constituirá a pontuação final de cada posto (empregado).

4.5.4. Nos meses que a contratada não obter o conceito "Bom", poderá apresentar justificativa para a prestação dos serviços com pontuação igual ou inferior a 150. No caso de aceite da justificativa pela Contratante, mediante a comprovação da excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle da Contratada, não será aplicado o desconto na fatura. Tudo documentado e juntado aos autos.

4.5.5. Haverá possibilidade de rescisão contratual nas seguintes condições:

4.5.5.1. Desconto de 5% (cinco por cento) por mais de seis vezes durante a vigência inicial do contrato ou nos últimos 12 meses, se houver prorrogação;

4.5.5.2. Pontuação abaixo de 30 (trinta) pontos;

4.5.5.3. Desconto de 5% (cinco por cento) por seis meses consecutivos.

Observação: Para o cômputo acima não será considerado o mês referido no item 4.3.

4.6. As sanções previstas no Edital, inclusive as de multa, poderão ser aplicadas concomitantemente com o desconto na fatura.

EXEMPLOS HIPOTÉTICOS DE CÁLCULO

Exemplo 1 - Desempenho BOM (sem desconto)

Situação em determinado mês - Motorista de micro-

ônibus: Módulo 1 - Assiduidade e Pontualidade:

- Sem faltas não justificadas ✓
- Sem atrasos superiores a 15 minutos ✓
- Substituições realizadas em até 2 horas (quando necessário) ✓
- Pontuação: 3 (todos aspectos adequados) $\times 10 = 30$ pontos

Módulo 2 - Execução das Ordens de Serviço:

- Cumprimento de todas as rotas estabelecidas ✓
- Preenchimento correto das planilhas PCV ✓
- Atendimento das solicitações no prazo ✓
- Pontuação: 3 (todos aspectos adequados) $\times 20 = 60$ pontos

Módulo 3 - Qualidade dos Serviços e Postura Profissional:

- Uso correto do uniforme ✓
- Cordialidade no atendimento ✓
- Zelo com o patrimônio público ✓
- Pontuação: 3 (todos aspectos adequados) $\times 30 = 90$ pontos

TOTAL: $30 + 60 + 90 = 180$ pontos Conceito: BOM Desconto aplicado: 0%
Valor mensal do posto: R\$ 8.500,00 Valor a receber: $R\$ 8.500,00 \times 100\% = R\$ 8.500,00$

Exemplo 2 - Desempenho SATISFATÓRIO (2% desconto) Situação em

determinado mês - assistente de manutenção de veículos: Módulo 1 -

Assiduidade e Pontualidade:

- 1 falta não justificada ✗
- Dois atrasos superiores a 15 minutos ✗
- Substituição realizada em até duas horas ✓
- Pontuação: 1 (dois aspectos inadequados) $\times 10 = 10$ pontos

Módulo 2 - Execução das Ordens de Serviço:

- Acompanhamento adequado das manutenções ✓
- Relatórios entregues corretamente ✓

- Atendimento das solicitações no prazo ✓
- Pontuação: 3 (todos aspectos adequados) \times 20 = 60 pontos

- Módulo 3 - Qualidade dos Serviços e Postura Profissional:
- Uniforme incompleto em duas ocasiões X
- Cordialidade no atendimento ✓
- Zelo com o patrimônio público ✓
- Pontuação: 2 (um aspecto inadequado) $\times 30 = 60$ pontos

TOTAL: $10 + 60 + 60 = 130$ pontos Conceito: SATISFATÓRIO. Desconto aplicado: 2% Valor mensal do posto: R\$ 7.200,00 Valor a receber: R\$ $7.200,00 \times 98\% = \text{R\$ } 7.056,00$

Exemplo 3 - Desempenho REGULAR (3% desconto)

Situação em determinado mês - Motorista de ônibus

rodoviário: Módulo 1 - Assiduidade e Pontualidade:

- 2 atrasos de 20 minutos X
- 1 falta justificada com substituição em 4 horas X
- Substituição demorada ✓
- Pontuação: 1 (dois aspectos inadequados) $\times 10 = 10$ pontos

Módulo 2 - Execução das Ordens de Serviço:

- Erro no preenchimento de 3 planilhas PCV X
- Cumprimento das rotas ✓
- Atendimento das solicitações no prazo ✓
- Pontuação: 2 (um aspecto inadequado) $\times 20 = 40$ pontos

Módulo 3 - Qualidade dos Serviços e Postura Profissional:

- Uso correto do uniforme ✓
- Cordialidade no atendimento ✓
- Zelo com o patrimônio público ✓
- Pontuação: 3 (todos aspectos adequados) $\times 30 = 90$ pontos

TOTAL: $10 + 40 + 90 = 140$ pontos Conceito: SATISFATÓRIO Desconto aplicado: 2% Valor mensal do posto: R\$ 8.500,00 Valor a receber: R\$ $8.500,00 \times 98\% = \text{R\$ } 8.330,00$

Exemplo 4 - Desempenho INSATISFATÓRIO (4% desconto)

Situação em determinado mês - Supervisor:

Módulo 1 - Assiduidade e Pontualidade:

- Sem faltas ✓
- 3 atrasos de 30 minutos X
- Não providenciou substituição de motorista faltante X
- Pontuação: 1 (dois aspectos inadequados) $\times 10 = 10$ pontos

Módulo 2 - Execução das Ordens de Serviço:

- Descumprimento de rotas estabelecidas X
- Preenchimento incorreto das planilhas PCV X
- Atraso no atendimento de solicitações X
- Pontuação: 0 (três aspectos inadequados) $\times 20 = 0$ pontos

Módulo 3 - Qualidade dos Serviços e Postura Profissional:

- Uniforme incompleto (sem gravata) X
- Cordialidade no atendimento ✓
- Zelo com o patrimônio público ✓
- Pontuação: 2 (um aspecto inadequado) $\times 30 = 60$ pontos

TOTAL: $10 + 0 + 60 = 70$ pontos Conceito: INSATISFATÓRIO Desconto aplicado: 4% Valor mensal do posto: R\$ 10.200,00 Valor a receber: R\$ $10.200,00 \times 96\% = \text{R\$ } 9.792,00$

Exemplo 5 - Desempenho CRÍTICO (5% desconto)

Situação em determinado mês - Motorista de micro-

ônibus - noturno: Módulo 1 - Assiduidade e

Pontualidade:

- 1 falta não justificada sem substituição X
- Abandono de posto em uma ocasião X
- Atrasos recorrentes X
- Pontuação: 0 (três aspectos inadequados) $\times 10 = 0$ pontos

Módulo 2 - Execução das Ordens de Serviço:

- Não preencheu planilhas PCV em 5 dias X
- Descumpriu 2 rotas estabelecidas X
- Não atendeu solicitações urgentes X
- Pontuação: 0 (três aspectos inadequados) $\times 20 = 0$ pontos

Módulo 3 - Qualidade dos Serviços e Postura Profissional:

- Sem uniforme em 3 ocasiões X
- Reclamação formal por falta de cordialidade X
- Dano ao veículo por negligência X
- Pontuação: 0 (três aspectos inadequados) $\times 30 = 0$ pontos

TOTAL: $0 + 0 + 0 = 0$ pontos Conceito: - (abaixo de 60 pontos) Desconto aplicado: 5% Valor mensal do posto: R\$ 8.500,00 Valor a receber: R\$ $8.500,00 \times 95\% = \text{R\$ } 8.075,00$

ANEXO I-B

PROVIMENTO Nº 52/2007

Dispõe acerca da vedação da contratação de cooperativas de mão-de-obra no âmbito do Ministério Público Estadual.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO a necessidade de observância aos princípios da dignidade da pessoa humana, da isonomia e dos valores sociais dispostos na Constituição Federal Brasileira;

CONSIDERANDO, como precedentes, o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, firmado entre o Ministério Público do Trabalho – Procuradoria Regional do Trabalho da 4ª Região - e o Estado do Rio Grande do Sul, em 11 de outubro de 2006, por decorrência do Procedimento Investigatórios nº 622/2004, e o Termo de Conciliação Judicial, celebrado entre o Ministério Público do Trabalho e a União Federal, nos autos da Ação Civil Pública na 1082/2002;

CONSIDERANDO o parecer exarado nos autos do processo nº 14297-0900/06-8, bem como a promoção apresentada nos autos do processo nº 9354-0900/07-9,

RESOLVE editar o seguinte Provimento:

Art. 1º É vedada a participação de cooperativas de mão-de-obra nos certames liquidatários realizados no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Procuradoria-Geral de Justiça, para a prestação dos serviços abaixo arrolados, que, por sua própria natureza, ou pelo modo de execução, demandem subordinação jurídica, personalidade e não-eventualidade, quer em relação ao tomado, quer em relação ao fornecedor dos seguintes serviços:

- a) serviços de limpeza;
- b) serviços de conservação;
- c) serviços de segurança, de vigilância e de portaria;
- d) serviços de recepção;
- e) serviços de copeiragem;
- f) serviços de reprografia;
- g) serviços de telefonia;
- h) serviços de manutenção de prédios, de equipamentos, de veículos e de instalações;
- i) serviços de secretariado e secretariado executivo;
- j) serviços de auxiliar de escritório;
- k) serviços de auxiliar administrativo;
- l) serviços de office boy (contínuo);
- m) serviços de digitação;
- n) serviços de assessoria de imprensa e relações públicas;
- o) serviços de motorista;
- p) serviços de ascensorista;
- q) serviços ligados à área da saúde;
- r) serviços de arquitetura e engenharia.

§ 1º O disposto neste artigo não autoriza outras formas de terceirização sem previsão legal.

§ 2º Considera-se cooperativa de mão-de-obra aquela associação que não disponha de qualquer meio de produção e cuja atividade precípua seja a intermediação de trabalhadores de uma ou de várias profissões, para prestação de serviços de forma individual e sem vínculo de solidariedade entre os cooperados.

§ 3º É lícita a contratação de sociedades cooperativas, desde que os serviços licitados sejam prestados em caráter coletivo e com absoluta autonomia dos cooperados, seja em relação a dirigentes, sócios ou prepostos das cooperativas, seja em relação ao tomador de serviços.

Art. 2º Os editais de licitação deverão explicitar a natureza dos serviços, determinando, conforme o caso, sua realização por empresas prestadoras de serviços (trabalhadores subordinados), cooperativas de trabalho, trabalhadores autônomos, avulsos ou eventuais.

§ 1º A contratação de que trata o § 3º do art. 1º deste Provimento depende da apresentação dos seguintes documentos:

- a) a ata da fundação;
- b) estatuto (com a Ata da Assembléia que o aprovou);
- c) regimento interno (com a Ata da Assembléia que o aprovou);
- d) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados (com a Ata da Assembléia que o aprovou);
- e) editais de convocação das três últimas Assembléias Gerais extraordinárias (para comprovação da representatividade dos dirigentes e conselheiros da cooperativa);
- f) registro de presença dos cooperados em Assembléia Gerais);
- g) listagem informando o nome de todos os associados;
- h) Ata da sessão em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
- i) relação dos cooperados que executarão o objeto, discriminando e comprovando a data de ingresso de cada qual na cooperativa; e
- j) registro na Organização de Cooperativas Brasileiras ou na entidade estadual, se houver (Lei nº 5764/71, art. 107).

§ 2º Os editais de licitação que se destinem a contratar os serviços disciplinados no artigo 1º deverão fazer expressa menção ao presente Provimento, que deverá constar sob a forma de Anexo.

§ 3º Para a prestação de serviços em sua forma subordinada, a licitante vencedora do certame deverá comprovar a condição de empregadora dos prestadores de serviços para os quais se objetiva a contratação, constituindo tal condição requisito obrigatório à assinatura do respectivo contrato.

Art. 3º Os contratos em vigor na data da publicação do presente Provimento e em desacordo com suas regras não serão renovados ou prorrogados.

Parágrafo único – Excepcionalmente, admite-se a prorrogação desses contratos até que seja concluído o procedimento licitatório.

Art. 4º Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 21 de setembro de 2007.

MAURO HENRIQUE RENNER,

Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

ANEXO I-C

NOTA TÉCNICA n. 652/2017-MP

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

Secretaria de Gestão
Departamento de Normas e
Sistemas de Logística
Coordenação-Geral de
Normas

Nota Técnica nº 652/2017-MP

Assunto: Contratos de Serviços Contínuos. Divergência de entendimentos no que diz respeito à necessidade ou não de supressão do aviso prévio trabalhado da planilha de custos da empresa contratada para prestação de serviços de mão de obra terceirizada, após o primeiro ano de vigência, quando da prorrogação contratual.

Referência: processo nº 00402.000200/2016-13

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de manifestação a respeito da aparente divergência de entendimentos entre o Tribunal de Contas da União TCU e a Assessoria Jurídica junto ao Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle ASJUR/MTFC, no que diz respeito à necessidade ou não de supressão do aviso prévio trabalhado da planilha de custos da empresa contratada para prestação de serviços de mão de obra terceirizada, após o primeiro ano de vigência, quando da prorrogação contratual, nos termos determinados pelo Acórdão nº 2.214/2016 - TCU - Plenário, o qual lavra que o referido custo é integralmente pago no primeiro ano do Contrato.

2. Em conclusão, sugere-se o retorno dos autos à Consultoria Jurídica deste Ministério, conforme solicitado na Nota n. 01860/2016/LFL/CGJRH/CONJURMP/CGU/AGU, para que seja dado o devido prosseguimento à análise da matéria, observado nomeadamente o item 33 desta Nota Técnica, o qual demonstra um consolidado dos principais pontos suscitados pela douda consultoria.

ANÁLISE

3. Em breve relato, por meio do Parecer n. 00261/2016/ASJURCGU/CGU/AGU (SEI 2670348), a Assessoria Jurídica junto ao Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria- Geral da União, transcreve em seu relato que o Tribunal de Contas da União *"entende que o aviso prévio é devido apenas no primeiro ano do contrato, devendo ser excluído da planilha a partir do segundo ano, uma vez que só haverá uma demissão e uma indenização por empregado, isto é, a parcela referente ao aviso prévio deverá ser suprimida quando das prorrogações de vigência, nos termos do exposto no Acórdão nº 3.006/2010TCUPlenário e no recente Acórdão nº 2214/2016-TCU-Plenário"*.

4. Aduz, ainda, no referido Parecer que *"o assunto em questão, qual seja, a necessidade de excluir ou não a parcela referente ao aviso prévio em contratos de mão de obra terceirizada da Administração, após o primeiro ano de contrato, não foi enfrentado de forma específica pela Egrégia Corte de Contas"*.

5. De sorte que a douta Assessoria Jurídica junto ao Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União entende um possível equívoco de interpretação Unidade Técnica (1ª Secex) nos autos da TC026.790/20060 de que o item "Aviso Prévio Trabalhado" deve ser pago apenas no primeiro ano do contrato, devendo ser excluído da planilha a partir do segundo ano, uma vez que só haverá uma demissão e uma indenização por empregado, haja vista considerar que a empresa contratada pode dispor de seus empregados como lhe for conveniente e adequado. Alega, ainda, que a Instrução Normativa nº 2, de 30 de abril de 2008, não fixa expressamente quais seriam os custos não renováveis, e *"partindo-se da premissa do entendimento firmado pelo TCU, na hipótese de uma empresa já contratada ganhar (após os 60 meses) um novo procedimento licitatório, como deveria agir a Administração? Deveria excluir da planilha de custos inicial o percentual referente ao aviso prévio trabalhado? Diante do fato que a mesma empresa continuará prestando serviço no mesmo órgão e com a mesma mão de obra"*.

6. Diante desse aparente conflito de entendimento solicitou à Consultoria-Geral da União que se manifeste acerca da definição de quais seriam os encargos trabalhistas que constituem custos fixos não renováveis quando das **prorrogações e/ou repactuações de contratos de mão de obra terceirizada** pela Administração, e, em especial, orientação acerca da exclusão ou não do item aviso prévio (trabalhado e indenizado) da planilha de custos da empresa contratada para prestação de serviços de mão de obra terceirizada, bem como dos demais encargos que incidirem sobre ele (FGTS e 13º, por exemplo), quando da **"renovação contratual e/ou repactuação"** de valores contratados.

7. A Cota Jurídica nº 00211/2016/DECOR/CGU/AGU (SEI 2670348), exarada pelo Departamento de Coordenação e Orientação de Órgãos Jurídicos da Advocacia-Geral da União, em exame do pleito, lavra que a atribuição do Departamento cinge-se à uniformização de entendimentos entre órgãos jurídicos que façam parte do Poder Executivo Federal, posto que não abarcaria divergências entre órgãos jurídicos e o Tribunal de Contas da União.

8. Ato contínuo descreve que *"a Assessoria Jurídica informou que, em consulta informal ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, entre outros, percebeu a não concordância com a conclusão da Egrégia Corte de Contas, especialmente em relação à exclusão do aviso prévio das renovações de contrato de terceirização de natureza contínua"*. Nesse contexto, optou pela pertinência de saber qual o entendimento deste Ministério sobre o tema, relativo ao aviso-prévio (trabalhado e indenizado) e aos demais encargos que incidem sobre ele (FGTS e 13º, por exemplo), razão pela qual solicita pronunciamento da Consultoria Jurídica do Ministério do Planejamento (CONJUR/MP), bem como da Secretaria de Gestão sobre as considerações feitas nos autos, tendo em vista dos dispositivos da IN SLTI nº 2/2008 (inciso XVII do art. 19 e o §4º do art. 30A), os acórdãos nº 1904/2007-TCU-Plenário, nº 3.006/2010-TCU-Plenário, nº 1633/2014-TCU-Plenário e nº 2214/2016-TCU-Plenário, além do advento da Lei

9. Na sequência, por meio da NOTA n. 01860/2016/LFL/CGJRH/CONJURMP/CGU/AGU (SEI 2726001) a CONJUR/MP recomendou, sem adentrar no mérito da consulta, a remessa dos presentes autos à Secretaria de Gestão SEGES/MP e à Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho no Serviço Público SEGRT/MP para fins de manifestação sobre os pontos levantados pela Consultoria-Geral da União através da Cota Jurídica nº 00211/2016/DECOR/CGU/AGU.

10. São esses os apontamentos necessários que antecedem a manifestação desta Coordenação-Geral de Normas do Departamento de Normas e Sistemas de Logística da Secretaria de Gestão/MP.

11. Verifica-se da análise dos autos a necessidade de alguns esclarecimentos, nomeadamente, em relação aos institutos dos custos não renováveis, da repactuação de preços dos contratos e da prorrogação contratual.

12. Como é cediço, os custos **não renováveis** são aqueles itens da planilha de formação de preços que já foram pagos ou amortizados no primeiro ano de contratação, de forma que enseja sua exclusão da planilha de custos e formação de preços, *ex vi*, inciso XVII do art. 19 da IN nº 2, de 2008, a seguir, *ipsis litteris*.

IN nº 2, de 30 de abril de 2008

"Art. 19 (...)

XVII – regra estabelecendo que, nas eventuais **prorrogações contratuais**, os **custos não renováveis** já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação **deverão ser eliminados como condição para a renovação** ;

(...)

Art. 30-A Nas contratações de serviço continuado, o contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual, que objetiva a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, conforme estabelece o art. 57, inciso II da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 4º A administração **deverá realizar negociação contratual para a redução e/ou eliminação dos custos fixos ou variáveis não renováveis** que já tenham sido amortizados ou pagos no primeiro ano da contratação." (grifou-se)

13. Corroborando com tal menção, Marçal Justen Filho, ao lecionar sobre esse assunto, assenta que para os contratos que envolvem a prestação de serviços contínuos, "*o preço avençado entre as partes para o primeiro período contratual compreende diversas despesas não renováveis. Ou seja, o preço pago pela Administração durante o primeiro período*

compreenderá custos que, uma vez amortizados, não necessitam ser novamente compensados. Então, a renovação do contrato significa, sob o prisma econômico, a redução dos custos necessários à execução daquela prestação. Portanto, é procedente afirmar que a manutenção da mesma remuneração originalmente estabelecida corresponderia a um enriquecimento do particular – eis que ele continuaria a ser remunerado por despesas que não incidem sobre a execução do contrato". (grifou-se)

14. Nessa linha, diante desses preceptivos, depreende-se que o referido instituto **não** pode ser levantado quando da **repactuação de preços** dos contratos, mas sim nos casos de **prorrogação**, haja vista que a repactuação tem ínsita restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo, ou seja, de **todos os seus custos**, de modo que seria contraditório qualquer supressão de itens da planilha de preços, tendo em vista inclusive a previsão do art. 5º do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997, que determina a demonstração analítica da **variação dos componentes dos custos do contrato**.

Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997.

"Art . 5º Os contratos de que trata este Decreto, que tenham por objeto a prestação de serviços executados de forma contínua poderão, desde que previsto no edital, admitir repactuação visando a adequação aos novos preços de mercado, observados o interregno mínimo de um ano e a demonstrarão analítica da **variação dos componentes dos custos do contrato** , devidamente justificada." (grifou-se)

15. Ainda, a repactuação de preços, como prevista no art. 37 da IN nº 2, de 30 de abril de 2008, a seguir, in verbis, deverá ser utilizada nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, destinada a recuperar os valores contratados da defasagem de preços provocada pela inflação, por meio da correção dos valores, mediante comprovação analítica (planilha de preços), para os custos decorrentes do mercado, e com data vinculada ao acordo ou à convenção coletiva ao qual o orçamento esteja vinculado, para os custos decorrentes da mão de obra. Ou seja, envolvem todos os custos.

"Art. 37. A repactuação de preços, como espécie de reajuste contratual, deverá ser utilizada nas contratações de **serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra**, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano das datas dos orçamentos aos quais a proposta se referir, conforme estabelece o art. 5º do Decreto nº 2.271, de 1997.

§ 1º A repactuação para fazer face à elevação dos custos da contratação, respeitada a anualidade disposta no caput, e que vier a ocorrer durante a vigência do contrato, é direito do contratado, e não poderá alterar o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos, conforme estabelece o art. 37, inciso XXI da Constituição da República Federativa do Brasil, sendo assegurado ao prestador receber pagamento mantidas as condições efetivas da proposta."

16. Nesse contexto, prescinde, quando da repactuação de preços do contrato, a exclusão dos custos não renováveis, haja vista que a repactuação incide sobre todos os custos. Dito de outra forma, esse instituto tem guarida quando observado o interregno mínimo de um ano das datas dos orçamentos aos quais a proposta se referir, o qual será contado da data limite para **apresentação das propostas** constante do instrumento convocatório, em relação aos **custos com a execução do serviço decorrentes do mercado**, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço; **ou da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho** ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão-de-obra e estiver vinculada às datas-base destes instrumentos. De modo que abarca toda a planilha de custos sem exclusão de quaisquer itens. Essa é a interpretação do art. 37 sobredito, combinado com o art. 38, abaixo, da mesma instrução normativa.

"Art. 38. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir:

I - da **data limite para apresentação das propostas constante do instrumento convocatório, em relação aos custos com a execução do serviço decorrentes do mercado, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço**; ou

II - da **data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente**, vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão-de-obra e estiver vinculada às datas-base destes instrumentos." (grifou-se)

17. Já na **prorrogação do contrato**, entende-se que atinge a exclusão de itens não renováveis, a exemplo dos provisionamentos para maternidade, paternidade, ausências legais, aviso prévio trabalhado e indenizado, dentre outros, a depender da especificidade da contratação. Explica-se: se esses custos forem provisionados e não utilizados no decorrer do primeiro ano de contrato, quando da prorrogação, se não excluídos, serão considerados custos *bis in idem*, haja vista que estar-se-á provisionando novamente o mesmo custo. Por outro lado, se esses custos forem utilizados serão computados novamente. À vista disso, quando da prorrogação contratual, o gestor do contrato deve avaliar todos os custos que não foram utilizados e fazer a supressão. Caso tenham sido utilizados, mesmo que parcial, deverão compor novamente a planilha para fins de prorrogação, de forma complementar/proporcional.

18. Quanto à alegação de que *na hipótese de uma empresa já contratada ganhar (após os 60 meses) um novo procedimento licitatório, como deveria agir a Administração? Deveria excluir da planilha de custos inicial o percentual referente ao aviso prévio trabalhado? Diante do fato que a mesma empresa continuará prestando serviço no mesmo órgão e com a mesma mão de obra*, esclarece-se que, por decorrência lógica, a relação contratual após exaurido o seu período de vigência (por previsão legal) não mais existe no mundo jurídico. Ou seja, não se comunica com outra contratação, mesmo na *hipótese de uma empresa já contratada ganhar (após os 60 meses) um novo procedimento licitatório*, no mesmo órgão ou entidade. Tal assertiva alegada seria *contra legem* - inciso II do art. 5º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (abaixo) -, haja vista que estar-se-ia caracterizando continuidade da relação contratual superior a previsão legal. Demais disso, notório

frisar que os custos não renováveis não se aplicam no caso de extinção da relação contratual, mas somente nos casos de prorrogação.

"Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração , **limitada a sessenta meses;**" (grifou-se)

19. Em relação à possibilidade de discriminação dos encargos trabalhistas que constituem custos fixos não renováveis quando das prorrogações contratuais, entende-se relevante, de modo que será recepcionado quando da elaboração do caderno de logística que trata da planilha de formação de preços, haja vista que sua definição na nova instrução normativa, mesmo que em rol exemplificativo, pode engessar o gestor, dada as especificidades presentes quando da contratação de serviços terceirizados.

20. Feitos esses breves apontamentos, os quais são necessários para digressão do tema, o cerne da questão reside no posicionamento formal desta Secretaria de Gestão, por meio da área técnica com atribuições para tal solução, quanto à "aparente dissonância" existente entre esta Pasta e o Acórdão do TCU, em relação à exclusão do aviso prévio (trabalhado e indenizado), quando das **prorrogações** de contratos de terceirização de natureza continuada e aos demais encargos que incidem sobre ele (FGTS e 13º, por exemplo).

21. Considerando os dispositivos da IN nº 2, de 2008 (inciso XVII do art. 19, e o § 4º do art 30-A, já citados), os acórdãos nº 1904/2007-TCU-Plenário, nº 3.006/2010-TCU-Plenário, nº 1633/2014 - TCU-Plenário e nº 2214/2016-TCU-Plenário, além do advento da Lei nº 12.506/2011, que tratam sobre a exclusão dos custos não renováveis quando da prorrogação, nomeadamente, sobre o aviso prévio e demais encargos, esclarece-se que esta Pasta não diverge da Colenda Corte de Contas, no que tange a exclusão do custo Aviso Prévio Trabalhado, contudo, entende-se que a exclusão abrange tanto o Aviso Prévio Trabalhado (APT) quanto o Aviso Prévio Indenizado (API), haja vista que ambos compõem o submódulo 4.4, anexo III-A da Instrução Normativa nº 2, de 30 de abril de 2008 (modelo de planilha de formação de preços), que trata do **custo total para a provisão para rescisão, que envolve o Aviso Prévio como um todo, independentemente de ser indenizado ou não.**

22. Nessa linha, com a devida vênia, o cálculo para a rescisão do contrato de trabalho, que envolvem os serviços terceirizados, não pode ser fatiado em APT ou API. A rescisão é um módulo uno, ramificado por indicadores que se comunicam de maneira geral, de forma que quaisquer percentuais estimados nesse cálculo podem variar, de acordo com a sua ocorrência ou não. Dessa forma, a rescisão do contrato de trabalho é gênero, tendo, em tese, como uma das espécies a relação de emprego, que pode ser interrompida ao longo da relação contratual, ensejando, ao seu turno, a aplicabilidade de regras garantistas, a exemplo do **Aviso Prévio**, que pode ser **trabalhado ou indenizado**, os quais são as formas de como se processarão as indenizações que serão pagas aos trabalhadores, bem como uma forma de comunicação da ruptura do contrato de trabalho pelo empregador.

23. Levando em consideração o sobrescrito, em paralelismo com a rescisão, denota-se que o instituto do **Aviso Prévio** é uno (gênero), tendo como espécie o APT e o API. O que, por seu turno, enseja que deva ser levado em consideração no seu todo, tanto para exclusão de sua incidência ou não. Note-se, que a Lei nº 12.506, de 11 de outubro de 2011, a seguir colacionada, não biparte o Aviso Prévio. Assim, à vista desses preceptivos, entende-se que o **Custo do Aviso Prévio, seja trabalhado ou indenizado**, previsto no contrato (planilha de formação de preços) que não forem utilizados no primeiro ano de contratação deverão ser eliminados, para que não caracterize custos *bis in idem*, pois já foram pagos ou amortizados no primeiro ano de vigência do contrato. Caso o gestor do contrato avalie que esses custos foram utilizados, mesmo que parcial, deverão compor novamente a planilha para fins de prorrogação, de forma complementar.

Lei nº 12.506, de 11 de outubro de 2011

“Art. 1º O aviso prévio, de que trata o [Capítulo VI do Título IV da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943](#), será concedido na proporção de 30 (trinta) dias aos empregados que contem até 1 (um) ano de serviço na mesma empresa.

Parágrafo único. Ao aviso prévio previsto neste artigo **serão acrescidos 3 (três) dias por ano de serviço prestado na mesma empresa, até o máximo de 60 (sessenta) dias, perfazendo um total de até 90 (noventa) dias.**” (grifou-se)

24. Explica-se, como esses custos são estimados de forma proporcional e pagos antecipadamente (antes da sua ocorrência), descabe, s.m.j., a provisão desses custos nas sucessivas prorrogações, em caso da sua não incidência, pois estar-se-ia asseverando que a não incidência desses custos revestem-se na forma de **lucro** para a contratada, pois nas prorrogações posteriores tais custos serão novamente programados. Enseja, por sua vez, um enriquecimento do particular.

25. Cogitando a repercussão da matéria, imperioso trazer à colação o referido submódulo 4.4, o qual será elemento balizador para manifestação desta Coordenação-Geral de Normas no tocante ao esclarecimento do que sejam os custos renováveis ou não, na planilha de formação de preços. Senão vejamos:

“Submódulo 4.4: Provisão para rescisão”

4.4	Provisão para rescisão	Valor (R\$)
A	Aviso prévio indenizado	
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	
C	Multa sobre FGTS e contribuições sociais sobre o aviso prévio indenizado	
D	Aviso prévio trabalhado	
E	Incidência dos encargos do submódulo 4.1 sobre o aviso prévio trabalhado	
F	Multa sobre FGTS e contribuições sociais sobre o aviso prévio trabalhado	

Total	
-------	--

26. Em primeira análise, com espeque no art. 1º da Lei nº 12.506, de 2011, já citado, é cediço que o Aviso Prévio é proporcional ao tempo de serviço na mesma empresa. Dessa forma, a cada ano de efetivo serviço na mesma empresa, além dos 30 (trinta) dias, serão acrescidos 3(três) dias por ano de serviço prestado na mesma empresa, até o máximo de 60 (sessenta) dias, perfazendo um total de até 90 (noventa) dias. Nessa linha, transpassando para a realidade fática dos contratos administrativos, os quais tem vigência contratual de até 60 (sessenta) meses - inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666, de 23 de junho de 1993, já mencionado -, a previsão para efeito de cálculo do aviso prévio, considera-se os 30 (trinta) dias, no primeiro ano de contrato, sendo que a **cada ano de prorrogação contratual** serão acrescidos 3(três) dias, até o limite máximo de 42 (quarenta e dois) dias, haja vista que os contratos poderão ser prorrogados até 60 (sessenta) meses.

27. Dessa forma, caso no primeiro ano de contratação não haja incidência desses custos (aviso prévio trabalhado e indenizado), os 30 (trinta dias) deverão ser excluídos e contabilizado somente mais 3 (três) dias. E assim sucessivamente com os anos posteriores. Caso não haja incidência acrescenta somente mais 3 (três) dias, até o limite de quarenta e dois dias. Pode-se considerar que isto representa 10% (dez por cento) do valor originalmente apresentado na proposta. Dessa forma, esclarece-se que o valor apresentado na proposta deve ser “zerado”, levando-se para o ano seguinte apenas o valor correspondente a 10% (dez por cento), ou seja 3/30 do valor original.

28. Exemplificando, se o percentual a ser provisionado for de 2,23% para o aviso prévio, este será “zerado” no primeiro ano e irá para o ano seguinte o percentual de 0,22% (10% de 2,23%), e assim, sucessivamente para os anos seguintes até o encerramento do contrato. Todavia, a cada ano de prorrogação será considerado também custos não renováveis, ou seja, serão excluídos da planilha e considerado mais três dias. No entanto, caso haja incidência desses custos, entende-se que não devam ser excluídos, de modo que sejam contabilizados, na sua proporcionalidade, na planilha de preços. Alerta-se que essa menção carece de avaliação pormenorizada do órgão contratante.

29. Assim, considerando o exposto, serão objeto de balizamento para exclusão da planilha de formação de preços, **como custos não renováveis**, os itens “A”, “B”, “D” e “E” do submódulo 4.4, anexo III-A da Instrução Normativa nº 2, de 30 de abril de 2008 (item 25 desta Nota Técnica) - Aviso Prévio Indenizado; Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado; Aviso Prévio Trabalhado; e Incidência dos encargos do submódulo 4.1 sobre o aviso prévio trabalhado.

30. Já em relação aos custos que compõem a **Multa sobre FGTS e contribuições sociais sobre o aviso prévio indenizado** e a **Multa sobre FGTS e contribuições sociais sobre o aviso prévio trabalhado**, constantes das alíneas “C” e “F” do submódulo 4.4 referenciado, considera-se **custos renováveis**, tendo em vista que **são partes integrantes do ciclo remuneratório do trabalhador**, ou seja, será computado sobre todos os depósitos realizados durante a vigência do contrato de trabalho, o que de forma reflexa incide sobre a provisão da rescisão, conforme abaixo será demonstrado.

31. O evento “multa do FGTS”, (seja para aviso prévio trabalhado ou indenizado), para efeito de cálculo, representa a importância de 40 % (quarenta por cento) do montante de **todos os depósitos já realizados durante a vigência do contrato de trabalho** mais 10 % (dez por cento) a título de **Contribuição Social**, consoante previsão do § 1º do art. 18 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e do art. 1º da Lei Complementar nº 110, 29 de julho de 2001, a seguir, *ipsis litteris*. Consequentemente, não pode ser objeto de exclusão da planilha de formação de preços quando da prorrogação, haja vista a peculiaridade da composição desse custo (temporalidade contratual). Dito de outra forma, **não** pode ser considerado como custo não renovável, tendo em vista que sua composição deve ser combinada por duas vertentes: ciclo remuneratório e prazo do contrato administrativo.

Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990

“Art. 18. Ocorrendo rescisão do contrato de trabalho, por parte do empregado r, ficará este obrigado a depositar na conta vinculada do trabalhador no FGTS os valores relativos aos depósitos referentes ao mês da rescisão e ao imediatamente anterior, que ainda não houver sido recolhido, sem prejuízo das cominações legais.

§ 1º Na hipótese de despedida pelo empregador sem justa causa, depositará este, na conta vinculada do trabalhador no FGTS, importância igual a **quarenta por cento** do montante de todos os depósitos realizados na conta vinculada durante a vigência do contrato de trabalho, atualizados monetariamente e acrescidos dos respectivos juros.”

Lei Complementar nº 110, 29 de julho de 2001

“Art. 1º Fica instituída contribuição social devida pelos empregadores em caso de despedida de empregado sem justa causa, à alíquota de **dez por cento** sobre o montante de todos os depósitos devidos, referentes ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, durante a vigência do contrato de trabalho, acrescido das remunerações aplicáveis às contas vinculadas. ”(Grifou-se)

32. Assim, não havendo mais pontos significativos de detalhamento, considera-se atendido o pleito da Consultoria Jurídica expedido por meio da NOTA n. 01860/2016/LFL/CGJRH/CONJURMP/CGU/AGU.

CONCLUSÃO

33. Em concerto final, pelo colacionado no bojo desta Nota Técnica, extrai-se:

33.1 Que a aplicabilidade do inciso XVII do art. 19 e § 4º do art. 30-A a In nº 2, de 30 de abril de 2008, atinge **somente** o instituto da prorrogação contratual, não atinge os casos de repactuação;

33.2. Que os eventos "passíveis" de eliminação total ou parcial (custos não renováveis), no que tange ao módulo da rescisão, quando da prorrogação contratual, são: Aviso Prévio Indenizado; Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado; Aviso Prévio Trabalhado; e Incidência dos encargos do submódulo 4.1 sobre o aviso prévio trabalhado, considerando que depende da verificação pelo gestor se esses custos foram pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação, conforme declinado neste documento;

33.3. Que o evento “multa do FGTS” - seja para aviso prévio trabalhado ou indenizado - **não** são considerados **custos não renováveis**, tendo em vista que esses custos são partes integrantes do ciclo remuneratório do trabalhador, ou seja, será computado sobre todos os depósitos realizados durante a vigência do contrato de trabalho, o que de forma reflexa incide sobre a provisão da rescisão, para efeito de cálculo de formação de preços para contratação dos serviços terceirizados;

33.4 A discriminação dos encargos trabalhistas que constituem custos fixos não renováveis quando das prorrogações contratuais, serão discriminados/explicados quando da elaboração do caderno de logística que trata da planilha de formação de preços, haja vista que sua definição na nova instrução normativa, mesmo que em rol exemplificativo, pode engessar o gestor, dada as especificidades presentes quando da contratação de serviços terceirizados.

34. Ante o exposto, sugere-se o retorno dos autos à Consultoria Jurídica deste Ministério, conforme solicitado na Nota n. 01860/2016/LFL/CGJRH/CONJURMP/CGU/AGU, para que seja dado o devido prosseguimento à análise da matéria.

À consideração superior.

ANDRÉA ACHE
Coordenadora-Geral de Normas

De acordo. Encaminhe-se o presente processo à Consultoria Jurídica desta Pasta, para o devido prosseguimento à análise da matéria.

WESLEY RODRIGO COUTO LIRA
Diretor



Documento assinado eletronicamente por **ANDREA REGINA LOPES ACHE, Coordenador-Geral**, em 03/02/2017, às 15:05.



Documento assinado eletronicamente por **WESLEY RODRIGO COUTO LIRA, Diretor**, em 06/02/2017, às 14 :53.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [<https://seimp.planejamento.gov.br/conferir>], informando o código verificador **3086487** e o código CRC **9B899547**.

ANEXO I-D

DETALHAMENTO DAS ATRIBUIÇÕES DE CADA TIPO DE MOTORISTA

Sem prejuízo das atribuições comuns previstas no item 5 do Termo de Referência, os profissionais alocados nos postos de trabalho abaixo deverão observar, adicionalmente, as seguintes atribuições específicas:

a) Motorista de carro de passeio:

- I. Realizar o transporte institucional prioritariamente em veículos leves (carros de passeio), em deslocamentos urbanos e rodoviários, conforme demanda da Unidade de Transportes;
- II. Apoiar o embarque e desembarque de passageiros, com atenção à pontualidade, discríção e condução defensiva;
- III. Executar deslocamentos para retirada/entrega de documentos e pequenos volumes, quando demandado, observadas as rotinas de registro e controle já previstas neste Termo de Referência.

b) Motorista de micro-ônibus:

- I. Realizar o transporte institucional em furgões ou veículos similares, especialmente quando houver necessidade de deslocamento de mobiliário, equipamentos e materiais;
- II. Acompanhar e orientar a organização da carga e descarga, de modo a evitar danos ao veículo e/ou aos materiais transportados, conforme as rotinas estabelecidas pela Unidade de Transportes;
- III. Apoiar, quando necessário, a logística de movimentação de volumes (embarque/desembarque), observadas as cautelas de segurança e conservação do patrimônio público.

c) Motorista de micro-ônibus – noturno:

- I. Executar as atribuições previstas para o posto “Motorista de micro-ônibus”, com prestação de serviços no turno noturno;
- II. Garantir a execução dos deslocamentos noturnos com redobrada atenção à segurança operacional, sinalização, condução defensiva e cumprimento das normas de trânsito;
- III. Recolher o veículo à garagem da Instituição ao final da jornada, conforme rotina aplicável ao turno.

d) Motorista de ônibus rodoviário:

- I. Conduzir ônibus rodoviário da Instituição, em deslocamentos dentro e fora da região metropolitana, quando designado pela Unidade de Transportes;
- II. Executar, antes e após as viagens, as rotinas de verificação e vistoria do veículo, incluindo checagem de condições gerais de segurança e funcionamento, em consonância com as atribuições comuns previstas neste Termo de Referência;
- III. Apoiar o embarque e desembarque de passageiros e, quando aplicável, o acondicionamento de materiais/equipagens transportados no ônibus, zelando pela segurança e integridade do patrimônio público.